



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
GLOBAL DA EDUCAÇÃO - RESUMO

2016

Educação para as pessoas e o planeta:

CRIAR FUTUROS SUSTENTÁVEIS PARA TODOS



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável



Relatório de
Monitoramento
Global da
Educação

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
GLOBAL DA EDUCAÇÃO - RESUMO

2016

Educação para as pessoas e o planeta:

CRIAR FUTUROS SUSTENTÁVEIS PARA TODOS

Este Relatório é uma publicação independente, autorizada pela UNESCO em nome da comunidade internacional. É o resultado de um esforço colaborativo, envolvendo membros da equipe do Relatório e muitas outras pessoas, agências, instituições e governos.

As designações utilizadas e o material apresentado nesta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou divisas.

A equipe do Relatório de Monitoramento Global da Educação é responsável pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos neste livro e pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

A responsabilidade geral pelas posições e opiniões expressas no Relatório é de seu diretor.

A equipe do Relatório de Monitoramento Global da Educação

Diretor: Aaron Benavot

Manos Antoninis, Madeleine Barry, Nicole Bella, Nihan Köseleci Blanchy, Marcos Delprato, Glen Hertelendy, Catherine Jere, Priyadarshani Joshi, Katarzyna Kubacka, Leila Loupis, Kassiani Lythrangomitis, Alasdair McWilliam, Anissa Mehtar, Branwen Millar, Claudine Mukizwa, Yuki Murakami, Taya Louise Owens, Judith Randrianatoavina, Kate Redman, Maria Rojnov, Anna Ewa Ruzskiewicz, Will Smith, Emily Subden, Rosa Vidarte e Asma Zubairi.

O *Relatório de Monitoramento Global da Educação* é uma publicação anual independente. O Relatório GEM é financiado por um grupo de governos, agências multilaterais e fundações privadas, além de ser facilitado e apoiado pela UNESCO.

Para mais informações, favor contatar:

Global Education Monitoring Report team
c/o UNESCO, 7, place de Fontenoy
75352 Paris 07 SP, França
E-mail: gemreport@unesco.org
Tel.: +33 1 45 68 07 41
www.en.unesco.org/gem-report
<https://gemreportunesco.wordpress.com>

Quaisquer erros ou omissões nesta publicação serão corrigidos na versão *online*, disponível em www.en.unesco.org/gem-report

© UNESCO, 2016
Todos os direitos reservados
Primeira edição
Publicado em 2016 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP France

Editoração: UNESCO
Design gráfico e *layout*: FHI 360
Foto da capa: Fadil Aziz/ALCIBBUM PHOTOGRAPHY

Créditos da versão original:

Editoração: UNESCO
Design gráfico e diagramação: FHI 360
Ilustrações: Toby Morris

Créditos da versão em português:

Coordenação e revisão técnica: Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil
Tradução: Marina Mendes
Editoração e diagramação: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Nova Série de Relatório de Monitoramento Global da Educação

2016 Educação para as pessoas e o planeta: criar futuros sustentáveis para todos

Série Relatório de Monitoramento Global de EPT

2015 Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios
2013/4 Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos
2012 Juventude e habilidades: colocando a educação em ação
2011 A crise oculta: conflitos armados e educação
2010 Alcançar os marginalizados
2009 Superando a desigualdade: por que a governança é importante
2008 Educação para todos em 2015: alcançaremos a meta?
2007 Bases sólidas: cuidados e educação na primeira infância
2006 Alfabetização para a vida
2005 Educação para Todos: o imperativo da qualidade
2003/4 Gênero e Educação para Todos: o salto para a igualdade
2002 Educação para Todos: o mundo está no rumo certo?

As fotos da capa são de crianças estudantes da Ilha de Palau Papan, no Arquipélago de Togean, em Sulawesi, Indonésia. As crianças, da tribo bajo, vivem em palafitas e atravessam, todos os dias, uma ponte de 1,8 quilômetro até a vizinha Ilha de Melange para ir à escola.

Prefácio

Em maio de 2015, o Fórum Mundial de Educação, em Incheon (Coreia do Sul), reuniu 1.600 participantes, de 160 países, com um único objetivo em mente: como assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos até 2030?

A Declaração de Incheon para a Educação 2030 foi fundamental na formulação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Educação para "assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

Ela confia à UNESCO a liderança, a coordenação e o monitoramento da agenda da Educação 2030. Ela também faz um apelo ao Relatório de Monitoramento Global da Educação (*Global Education Monitoring – GEM*) para que este se encarregue do monitoramento e do relatório independente do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre educação (ODS 4), e sobre a educação em outros ODS, pelos próximos 15 anos.

O objetivo central dessa agenda é não deixar ninguém para trás. Para isso, são necessários dados sólidos e monitoramento adequado. A edição de 2016 do Relatório GEM oferece ideias valiosas para que governos e desenvolvedores de políticas monitorem e acelerem o progresso rumo ao ODS 4, com base nos indicadores e nas metas que temos, sendo a equidade e a inclusão as medidas de sucesso globais.

Este Relatório deixa absolutamente claras três mensagens.

Em primeiro lugar, a necessidade urgente de novas abordagens. De acordo com as tendências atuais, apenas 70% das crianças em países de baixa renda completarão a educação primária em 2030, um objetivo que deveria ter sido alcançado em 2015. Nós precisamos de vontade política, políticas, inovação e recursos para romper com essa tendência.

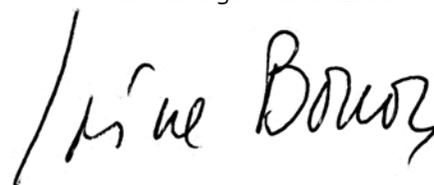
Em segundo lugar, se levarmos a sério o ODS 4, precisamos agir com um grande senso de urgência e com um compromisso de longo prazo. Sem isso, não somente a educação será negativamente afetada, mas haverá impacto também no progresso rumo a cada um dos objetivos de desenvolvimento: redução da pobreza, erradicação da fome, saúde, equidade de gênero e empoderamento das mulheres, produção e consumo sustentáveis, cidades resilientes e sociedades mais igualitárias e inclusivas.

Por fim, devemos mudar fundamentalmente a maneira como pensamos a educação e seu papel no bem-estar humano e no desenvolvimento global. Agora, mais do que nunca, a educação tem a responsabilidade de fomentar os tipos certos de habilidades, atitudes e comportamento que nos levarão ao crescimento sustentável e inclusivo.

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 urge para que desenvolvamos respostas holísticas e integradas aos muitos desafios sociais, econômicos e ambientais que enfrentamos. Isso significa ultrapassar os limites tradicionais e criar parcerias intersetoriais efetivas.

Um futuro sustentável para todos diz respeito à dignidade humana, à inclusão social e à proteção ambiental. É um futuro no qual o crescimento econômico não agrava as desigualdades, mas cria prosperidade para todos; no qual as áreas urbanas e os mercados de trabalho são feitos para empoderar a todos e no qual as atividades econômicas, tanto as comunitárias quanto as corporativas, sejam ecologicamente orientadas. O desenvolvimento sustentável é a crença de que o desenvolvimento humano não pode acontecer sem um planeta saudável. Para embarcar na nova agenda de ODS é preciso que todos reflitamos sobre o objetivo principal de aprendizado ao longo da vida. Porque, se realizada corretamente, a educação tem um poder maior do que qualquer outra coisa para nutrir cidadãos empoderados, reflexivos, engajados e hábeis, que sejam capazes de traçar o caminho para um planeta mais seguro, ecológico e justo para todos. Este novo relatório oferece evidências relevantes para enriquecer essas discussões e desenvolver as políticas necessárias para que isso se transforme em realidade para todos.

Irina Bokova
Diretora-geral da UNESCO



Prefácio

O Relatório de Monitoramento Global da Educação (Relatório GEM) de 2016 é tanto magistral quanto inquietante. É um grande relatório: abrangente, profundo e perspicaz. É também um relatório enervante. Ele estabelece que a educação está no cerne do desenvolvimento sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também torna claro o quão longe estamos de atingir os ODS. Este relatório deve acionar alarmes em todo o mundo e levar a uma escalada histórica de ações para se atingir o ODS 4.

O Relatório GEM fornece um relato competente de como a educação é o insumo mais importante para todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Uma educação melhor leva a maior prosperidade, à melhoria da agricultura, a melhores resultados de saúde, a menos violência, a mais igualdade entre os sexos, a capitais sociais mais elevados e a um ambiente natural melhorado. A educação é a chave para ajudar as pessoas em todo o mundo a compreender por que o desenvolvimento sustentável é um conceito tão vital para nosso futuro comum. A educação nos oferece as principais ferramentas – econômicas, sociais, tecnológicas e mesmo éticas – para assumirmos o compromisso com os ODS e alcançá-los. Esses fatos são explicados em detalhes requintados, e que ultrapassam o senso comum, ao longo do Relatório. Há uma riqueza de informações a ser extraídas de tabelas, gráficos e textos.

No entanto, o Relatório também enfatiza as lacunas notáveis entre o ponto em que o mundo se encontra na educação atualmente e onde se prometeu chegar até 2030. As diferenças de sucesso escolar entre ricos e pobres, dentro de um país e entre países, são simplesmente espantosas. Em muitos países pobres, as crianças pobres enfrentam obstáculos quase intransponíveis nas condições atuais. Elas não têm livros em casa; não têm oportunidade para frequentar a escola pré-primária; e enfrentam instalações sem eletricidade, água, higiene, professores qualificados, livros e outros elementos privilegiados de uma educação básica, principalmente para uma educação de qualidade. As implicações desse quadro são enormes. Enquanto o ODS 4 faz um apelo à conclusão universal da educação secundária em 2030, a taxa de conclusão atual em países de baixa renda é de apenas 14% (Tabela 10.3, na versão completa do Relatório).

O relatório GEM realiza um importante exercício para determinar como muitos países alcançarão os objetivos da Agenda 2030 na trajetória atual, ou mesmo seguindo o caminho percorrido pelos países da região que tiveram melhorias de forma mais rápida. A resposta é decepcionante: precisamos de um progresso sem precedentes, começando quase imediatamente, para termos uma chance de sucesso para o ODS 4.

Os cínicos podem dizer "Nós dissemos, o ODS 4 é simplesmente inatingível", e sugerir que aceitemos essa "realidade". No entanto, como o Relatório reforça de inúmeras maneiras, a complacência é imprudente e imoral. Se deixarmos a atual geração jovem sem escolaridade adequada, iremos condená-los a um mundo futuro de pobreza, males ambientais e até mesmo violência social e instabilidade para as próximas décadas. Não pode haver nenhuma desculpa para a complacência. A mensagem deste Relatório é que precisamos agir em conjunto para acelerar as conquistas educacionais de forma sem precedentes.

Uma das chaves para essa aceleração é o financiamento. Aqui, novamente, o Relatório faz uma leitura preocupante. A ajuda ao desenvolvimento para a educação é, atualmente, menor do que era em 2009 (Figura 20.7, na versão completa do Relatório). Essa é uma visão de extremo curto alcance dos países ricos. Será que esses países doadores realmente acreditam que estão "economizando dinheiro" por investir menos em ajuda para a educação em países de renda baixa? Após a leitura deste Relatório, líderes e cidadãos dos países de renda alta ficarão profundamente conscientes de que investir em educação é fundamental para o bem-estar global, e que o nível atual da ajuda, em torno de US\$ 5 bilhões por ano para a educação primária – apenas US\$ 5 ao ano por pessoa nos países ricos! – é um investimento extremamente pequeno para o futuro do desenvolvimento sustentável e da paz no mundo.

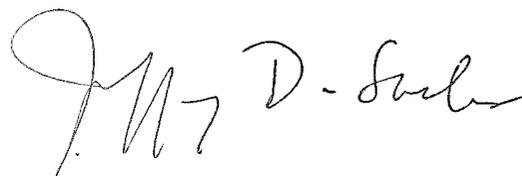
O Relatório GEM de 2016 apresenta uma infinidade de ideias, recomendações e padrões de excelência para avançarmos. Ele oferece sugestões valiosas para monitorar e medir o progresso do ODS 4. Ele demonstra, por meio de exemplos, a viabilidade de formas muito mais refinadas de avaliar resultados, a qualidade e conquistas da educação, em comparação com as medidas que temos disponíveis hoje de taxas de matrícula e conclusão. Utilizando *big data*, melhores ferramentas de pesquisa e inovações em monitoramento e tecnologia da informação, podemos obter medidas com mais nuances do processo de educação e dos resultados, em todos os níveis.

Quinze anos atrás, o mundo finalmente reconheceu o alcance da epidemia de aids e outras emergências da área da saúde, e foram tomadas medidas concretas para intensificar as intervenções de saúde pública no contexto do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Assim, nasceram grandes iniciativas, como o Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária (*Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria*), a Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunisation* – agora chamada Gavi, *Alliance Vaccine*) e muitos outros exemplos. Esses esforços levaram a um aumento expressivo no quadro das intervenções públicas de saúde e financiamento. Ainda que não se tenha alcançado tudo o que era possível (principalmente porque a crise financeira de 2008 impediu a retomada do financiamento da saúde pública), essas medidas levaram a muitos avanços cujos efeitos continuam a ser sentidos ainda hoje.

O Relatório GEM 2016 deve ser lido de forma semelhante a uma chamada à ação tanto para a educação quanto para os ODS. De meu ponto de vista, muitas vezes repetido nos últimos anos, temos urgência de um Fundo Global para a Educação (*Global Fund for Education*) baseado nas lições positivas do Fundo Global para Aids, Tuberculose e Malária. As restrições em relação ao financiamento encontram-se no centro do desafio da educação, como este Relatório deixa claro por meio de cada dado, transnacional ou baseado em pesquisas domiciliares.

Este documento é convincente e nos convoca a responder à oportunidade, à urgência e à meta global declarada e consubstanciada no ODS 4: educação universal de boa qualidade para todos e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Peço que as pessoas em todo o mundo estudem este Relatório cuidadosamente e levem a sério suas mensagens essenciais. Ainda mais importante: vamos agir sobre essas mensagens em todos os níveis, desde a comunidade local até a comunidade global.

Jeffrey D. Sachs
Conselheiro especial do secretário-geral das Nações Unidas
para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Relatório de Monitoramento Global da Educação 2016 – Resumo

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015, durante a 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, os Estados-membros adotaram uma nova agenda de desenvolvimento global, *Transformar nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Em seu cerne estão 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo o ODS 4 sobre educação. Os ODS estabelecem prioridades de desenvolvimento para 2030 e sucedem tanto os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) como os objetivos da Educação para Todos (EPT), cujos prazos expiraram em 2015.

“ A educação apenas realizará todo o seu potencial de fazer o mundo avançar se as taxas de participação escolar melhorarem profundamente, o aprendizado se tornar uma empreitada ao logo da vida e os sistemas educacionais englobarem totalmente o desenvolvimento sustentável ”

O novo *Relatório de Monitoramento Global da Educação* (Relatório GEM), que se baseia na experiência da série anterior de *Relatórios de Monitoramento Global de EPT*, recebeu um novo mandato para avaliar o progresso da educação sob a nova Agenda 2030. O Relatório GEM 2016, o primeiro da nova série de 15 anos, explora o relacionamento complexo entre educação e outras facetas do desenvolvimento sustentável, além das implicações de monitoramento do ODS 4. Ele mostra que a educação apenas realizará todo o seu potencial de fazer o mundo avançar se as taxas de participação escolar melhorarem profundamente, o aprendizado se tornar uma empreitada ao logo da vida e os sistemas educacionais englobarem totalmente o desenvolvimento sustentável.

A parte temática do relatório destaca indícios, práticas e políticas que demonstram como a educação pode servir de elemento catalisador para a agenda geral do desenvolvimento sustentável. São apresentados argumentos fortes para os tipos vitais de educação para alcançar os objetivos de redução da pobreza, erradicação da fome, saúde, equidade e empoderamento de gênero, agricultura sustentável, cidades resilientes e sociedades mais igualitárias, inclusivas e justas.

A parte de monitoramento lida com os diversos desafios relacionados a como avaliar o progresso do ODS 4, incluindo recomendações concretas para mudanças políticas. Por sua vez, são examinadas cada uma das sete metas educacionais e três formas de implementação do ODS 4. Além disso, são analisados o financiamento da educação e os sistemas educacionais, bem como até que ponto a educação pode ser monitorada nos outros ODS. Os alicerces e potenciais sinergias para uma agenda de monitoramento global da educação mais eficiente e eficaz nos próximos 15 anos são identificados nos âmbitos nacional, regional e internacional.

TABELA 1:

Como a educação tipicamente se relaciona com os outros ODS

Objetivo 1	A educação é crucial para tirar pessoas da pobreza.	Objetivo 10	Quando acessível de forma igualitária, a educação promove comprovada diferença nas desigualdades sociais e econômicas.
Objetivo 2	A educação tem o papel fundamental de ajudar as pessoas a adotar métodos de cultivo mais sustentáveis e a entender mais sobre nutrição.	Objetivo 11	A educação pode oferecer às pessoas habilidades para participar da criação e da manutenção de cidades mais sustentáveis, assim como para ter resiliência em situações de desastres.
Objetivo 3	A educação pode fazer diferença fundamental em uma série de questões relativas à saúde, incluindo mortalidade precoce, saúde reprodutiva, propagação de doenças, estilos de vida saudáveis e bem-estar.	Objetivo 12	A educação pode fazer diferença fundamental nos padrões de produção (por exemplo, em relação à economia circular) e no entendimento do consumidor sobre bens produzidos de forma mais sustentável, assim como sobre a prevenção do desperdício.
Objetivo 5	A educação de mulheres e meninas é particularmente importante para alcançar a alfabetização básica, melhorar habilidades e competências participativas e melhorar as oportunidades de vida.	Objetivo 13	A educação é essencial para a compreensão massiva dos impactos das mudanças climáticas e para a adaptação e a mitigação, principalmente em âmbito local.
Objetivo 6	A educação e a formação aumentam as habilidades e a capacidade de usar recursos naturais de forma mais sustentável e podem promover a higiene.	Objetivo 14	A educação é importante para desenvolver a conscientização sobre o ambiente marinho e construir um consenso proativo em relação a seu uso sustentável e com sabedoria.
Objetivo 7	Programas educacionais, principalmente não formais e informais, podem promover melhor conservação de energia e a adoção de fontes de energia renovável.	Objetivo 15	A educação e a formação aumentam as habilidades e a capacidade de apoiar meios de subsistência saudáveis e de conservar os recursos naturais e a biodiversidade, principalmente em ambientes ameaçados.
Objetivo 8	Existe uma relação direta entre áreas como vitalidade econômica, empreendedorismo, habilidades para o mercado de trabalho e nível educacional.	Objetivo 16	O aprendizado social é essencial para facilitar e garantir sociedades participativas, inclusivas e justas, bem como a coerência social.
Objetivo 9	A educação é imprescindível para desenvolver as habilidades necessárias para construir uma infraestrutura mais resiliente e uma industrialização mais sustentável.	Objetivo 17	O aprendizado ao longo da vida constrói capacidades para entender e promover políticas e práticas para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ICSU e ISSC (2015).



Crianças usam o quadro-negro para se apoiar na escola de Dan Saa, no Níger.

TAGAZA DJIBO/UNESCO

PLANETA

NO QUE DIZ RESPEITO AO PLANETA, PRECISAMOS PENSAR NA PERSPECTIVA GERAL. A EDUCAÇÃO PRECISA ENSINAR AS PESSOAS A PENSAR DE FORMA COLETIVA E NÃO INDIVIDUALMENTE. PRECISAMOS TRABALHAR JUNTOS.



PORTANTO, A EDUCAÇÃO PRECISA TOMAR CUIDADO. SE APRENDEMOS A CUIDAR SOMENTE DE NOSSA CARREIRA E FONTE DE RENDA, ISSO PODE CAUSAR EFEITOS DANOSOS AO MEIO AMBIENTE



PRECISAMOS APRENDER NOVAS HABILIDADES AMBIENTAIS PARA SERMOS CAPAZES DE ACABAR COM A MUDANÇA CLIMÁTICA



VAMOS OLHAR EM VOLTAS MUITAS VEZES, NÃO SOMOS OS PRIMEIROS QUE PENSARAM SOBRE ESSAS QUESTÕES. PODEMOS APRENDER COM SOCIEDADES INDÍGENAS QUE TÊM O PRÓPRIO JEITO DE VIVER COM A TERRA.



NOSSAS ESCOLAS PODEM FAZER MUITAS COISAS PARA DAR RESPOSTAS AO MEIO AMBIENTE. E NÃO SOMENTE NÓS – NOSSOS PROFESSORES TAMBÉM DEVERIAM APRENDER SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA!



A APRENDIZAGEM NÃO PARA NA ESCOLA. AS COMUNIDADES E AS EMPRESAS DEVERIAM SEMPRE SE DESAFIAR A ENCONTRAR NOVAS FORMAS DE PROTEGER O PLANETA.



Educação e desenvolvimento sustentável: como se conectam e por que esses vínculos são importantes

Planeta: sustentabilidade ambiental

Ações humanas individuais e coletivas colocaram uma pressão grande sobre o planeta e suas formas de vida. Uma vez que a humanidade está claramente contribuindo para a degradação ambiental, a perda acelerada de biodiversidade e a mudança climática, suas ações também devem oferecer as soluções para esses desafios.

A educação pode desempenhar um papel crucial na transformação necessária para sociedades ambientalmente mais sustentáveis, em conjunto com iniciativas do governo, da sociedade civil e do setor privado. A educação define valores e perspectivas, além de contribuir com o desenvolvimento de habilidades, conceitos e ferramentas que podem ser usadas para reduzir ou acabar com práticas não sustentáveis.

O papel multifacetado da educação na sustentabilidade nem sempre é positivo. Ela pode contribuir com práticas não sustentáveis, inclusive com o consumo exagerado de recursos, e agravar a perda de conhecimentos e modos de vida indígenas/nativos relativamente sustentáveis. A educação pode precisar ser moldada e transformada para garantir que seu impacto seja positivo.

O COMPORTAMENTO HUMANO GEROU UMA CRISE AMBIENTAL

Três dos entendimentos mais comuns sobre como o comportamento humano leva à degradação ambiental envolvem demografia, estilos de vida modernos e comportamento individual. A explicação demográfica é que simplesmente há pessoas demais no planeta: a população global triplicou entre 1950 e 2015, e estima-se que cresça em mais 1 bilhão, chegando a 8,5 bilhões até 2030. O conceito de estilos de vida modernos se foca no aumento do consumo de recursos *per capita* por pessoas em áreas urbanas e países mais ricos. Nos países em que os padrões de vida aumentaram rapidamente, a pegada ambiental quase dobrou nas últimas duas décadas. Em 2012, a maioria dos países de alta renda tinha uma pegada ambiental insustentável. A explicação do comportamento individual aponta os indivíduos tanto como fonte dos problemas ambientais quanto como o caminho para a potencial solução, por meio, por exemplo, de políticas que incentivem a reciclagem, o uso de bicicleta e de carros eficientes em termos de combustível.

A APRENDIZAGEM É ESSENCIAL PARA SUPERAR ESSES DESAFIOS

A educação tem um papel fundamental a desempenhar no combate aos desafios ambientais. A educação, especialmente de meninas e mulheres, é a forma mais eficiente de conter o crescimento populacional e aumentar a autonomia das mulheres sobre decisões relativas à fertilidade e ao momento desejado para a gravidez. Ela pode melhorar os meios de subsistência ao aumentar os salários, e pessoas qualificadas são essenciais para a transformação das economias e dos sistemas alimentares. A educação pode, ainda, influenciar o comportamento ambiental individual e coletivo por meio de abordagens contemporâneas, tradicionais e continuadas de aprendizagem.

“

Análises de currículos nacionais de 78 países mostram que 55% usam o termo 'ecologia' e 47% 'educação ambiental'

”

ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA: APRENDER POR MEIO DA ESCOLARIZAÇÃO

As escolas ajudam os alunos a entender determinado problema ambiental, suas consequências e os tipos de ação necessários para combatê-lo. O conhecimento sobre o meio ambiente tem sido cada vez mais incorporado ao currículo escolar formal. Análises de currículos nacionais de 78 países mostram que 55% usam o termo "ecologia" e 47% "educação ambiental".

FIGURA 1:

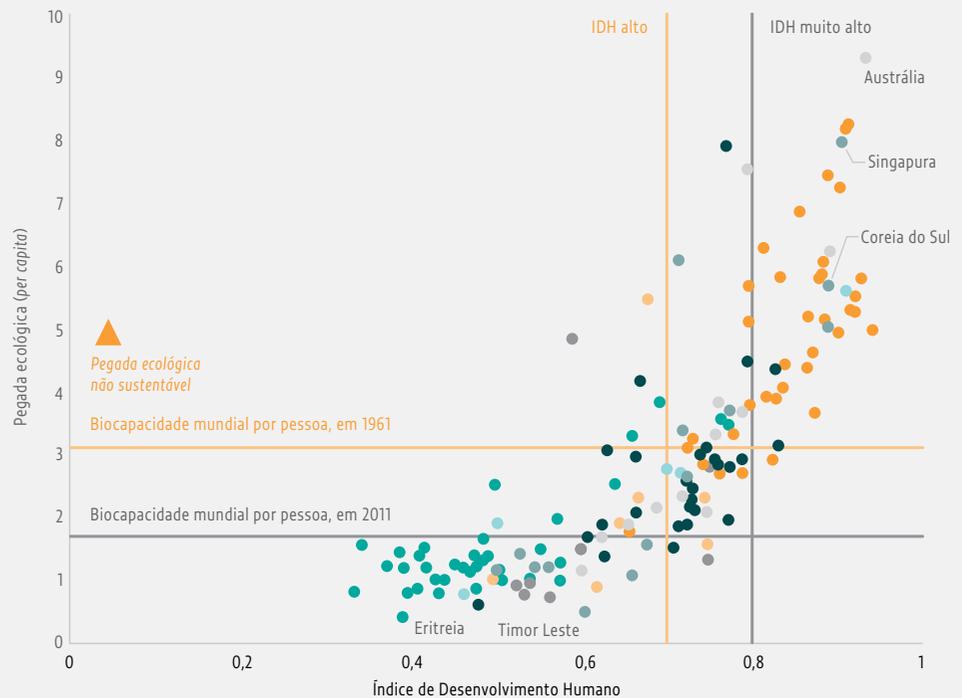
O alto nível de desenvolvimento humano se deu às custas do meio ambiente
 Pegada ecológica total por índice de desenvolvimento humano, por país, 2012

Uma **pegada ecológica** de menos de 1,7 hectares globais por pessoa, dada a população atual e as terras e áreas marítimas produtivas disponíveis (biocapacidade), é sustentável; a terra consegue reabastecer o uso de recursos do país.

O **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH, de acordo com o PNUD), mede a média dos países em saúde, conhecimentos e padrão de vida. Uma classificação do IDH de 0,8 ou mais indica um desenvolvimento humano muito alto.

O alto IDH de Singapura (0,91) está associado a uma pegada ecológica *per capita* grande (7,97). Isso significa que as pessoas em Singapura, apesar de levarem uma vida boa, também têm uma demanda alta por recursos.

- Cáucaso e Ásia Central
- Sudeste e Leste Asiático
- Europa e América do Norte
- América Latina e Caribe
- Norte da África e Oeste Asiático
- Pacífico
- Sul da Ásia
- África Subsaariana



Fonte: Análises da equipe do Relatório GEM baseadas em dados da Global Footprint Network (2016).

Na Índia, por exemplo, após uma decisão da Suprema Corte, agências governamentais começaram a produzir, em 2003, um vasto conteúdo sobre educação ambiental, o que resultou em mais de 300 milhões de alunos, em 1,3 milhão de escolas, recebendo alguma formação em educação ambiental.

A educação ambiental incentiva estilos de vida sustentáveis, redução do desperdício, melhor uso da energia, uso mais frequente do transporte público, apoio para políticas ambientais e ativismo ambiental. Na Estônia e na Suécia, onde o desenvolvimento sustentável faz parte do currículo, os alunos tinham maior probabilidade, em comparação com seus pares de outros países que não recebiam tal conteúdo, de responder corretamente a questões sobre ciência ambiental no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (*Programme for International Student Assessment – PISA*) de 2006. Algumas escolas adotaram uma abordagem da escola como um todo para a educação ambiental. Pesquisas em tais escolas na Inglaterra (Reino Unido) mostram avanços no *ethos* escolar, assim como na saúde e na aprendizagem dos alunos, além da redução da pegada ambiental da escola.

ABORDAGEM TRADICIONAL: APRENDER COM A COMUNIDADE

Conhecimentos tradicionais – principalmente os indígenas/nativos – em áreas como agricultura, produção de alimentos e conservação desempenharam um papel importante na sustentabilidade ambiental por séculos. Diversos exemplos de práticas tradicionais de administração das terras de comunidades indígenas têm sido reconhecidos mundialmente como excelentes abordagens para conservar a biodiversidade e manter os processos do ecossistema. Na Colômbia, o Conselho de Assentamentos Sustentáveis das Américas está colocando em prática o conceito de *bien vivir* (viver bem), que reconhece a contribuição das comunidades indígenas, por exemplo, em projetos urbanos de "ecobairros", povoados sustentáveis tradicionais e centros de educação em sustentabilidade.

Conhecimentos locais e indígenas contribuíram para o funcionamento do ecossistema, para sistemas de alerta de desastres e para adaptação à mudança climática e resiliência. A Iniciativa Sistêmica Rural do Alasca, nos Estados Unidos, na qual os alunos interagem com anciãos indígenas, é um exemplo de escolas em que se aprendem com os conhecimentos indígenas. Oferecer instrução escolar em línguas locais também contribui para a troca de conhecimentos entre gerações.

ABORDAGEM DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: APRENDER POR MEIO DO TRABALHO E DA VIDA COTIDIANA

Para além da educação formal, agências governamentais, organizações religiosas, grupos sem fins lucrativos e comunitários, organizações trabalhistas e o setor privado podem ajudar a mudar o comportamento individual e coletivo.

Campanhas apoiadas pelo governo podem conscientizar sobre problemas ambientais específicos, apontar suas causas e sinalizar como as pessoas podem resolvê-lo. Em 2015, o governo etíope e parceiros lançaram uma campanha de conscientização pública de dois anos com o objetivo de incentivar o uso de produtos movidos a energia solar.

Líderes religiosos, culturais e sociais podem ajudar a disseminar valores e comportamentos ambientalmente saudáveis. Exemplos incluem a *advocacy* ambiental do Papa Francisco, do Dalai Lama e da Associação Muçulmana para a Ação contra a Mudança Climática (*Muslim Association for Climate Change Action – MACCA*).

O ambiente de trabalho é um centro essencial para o aprendizado ambiental. Empresas lançaram iniciativas para reduzir sua pegada ecológica e educar tanto funcionários quanto o público sobre a proteção ambiental. Uma pesquisa de 2008 da Unidade de Inteligência da revista "The Economist" reportou que mais de 40% dos executivos globais achavam importante que suas empresas alinhassem a sustentabilidade com seus negócios. Organizações trabalhistas também promoveram práticas mais sustentáveis no ambiente de trabalho.

Por meio de campanhas de informação pública, projetos, parcerias e alianças verdes, organizações não governamentais (ONGs) desempenham um papel essencial na mobilização do apoio público para a conservação. Grupos de campanhas *online* como o Avaaz, que tem 44 milhões de membros em 194 países, ajudam a aumentar a conscientização sobre o meio ambiente com iniciativas como a campanha, com duração de dois anos, para banir pesticidas que são letais para abelhas.

LIDAR COM MUDANÇA CLIMÁTICA REQUER UMA ABORDAGEM INTEGRADA DA APRENDIZAGEM

A educação aumenta a resiliência das pessoas aos riscos relacionados ao clima, além de incentivar seu apoio e seu envolvimento em ações de mitigação. Ampliar o acesso à educação é mais eficiente contra os efeitos da mudança climática do que o investimento em infraestrutura, como quebra-mares e sistemas de irrigação. A educação de meninas reduz as mortes ocasionadas por desastres. Projeções mostram que, se o progresso educacional estagnar, as fatalidades relacionadas a desastres aumentariam 20% por década. As comunidades com o maior risco de desastres climáticos se encontram, geralmente, em países nos quais as conquistas educacionais são baixas e desiguais.

“

Se o progresso educacional estagnar, as fatalidades relacionadas a desastres aumentariam 20% por década

”

A educação pode ajudar comunidades a se preparar e se adaptar a desastres relacionados ao clima. Um estudo feito em Cuba, República Dominicana e Haiti descobriu que a falta de educação, somada a níveis baixos de alfabetização, impediu as pessoas de entender os alertas de desastres. Nas Filipinas, comunidades locais trabalharam com funcionários da educação e outros parceiros para ensinar os jovens sobre adaptação à mudança climática, o que ajuda a construir resiliência comunitária.

PROSPERIDADE

NOSSO MUNDO ESTÁ MUDANDO DE PRESSA. AMBIENTAL, SOCIAL E ECONOMICAMENTE.



NÃO PODEMOS SÓ COMPRAR, COMPRAR, COMPRAR E PRODUZIR SEM PREOCUPAÇÕES. NOSSO MUNDO PRECISA CRESER DE FORMA A INCLUIR A TODOS E NÃO DESTRUIR O PLANETA PARA A PRÓXIMA GERAÇÃO.



ISSO SIGNIFICA APRENDER NOVAS HABILIDADES E CONTINUAR A APRENDIZAGEM AO LONGO DE NOSSAS VIDAS.



POR EXEMPLO, OS AGRICULTORES PODEM APRENDER COMO CULTIVAR MAIS E DE FORMA NÃO PREJUDICIAL AO MEIO AMBIENTE.



O FOCO NA EDUCAÇÃO PODE AJUDAR AS PESSOAS – E ESTAMOS DIZENDO TODAS AS PESSOAS! COM MAIS EDUCAÇÃO, AS PESSOAS RECEBEM SALÁRIOS MELHORES E PODEM SAIR DA POBREZA.



MAS A EDUCAÇÃO TAMBÉM PRECISA EVOLUIR. OS COMPUTADORES JÁ DESEMPENHAM TANTAS FUNÇÕES, QUE OS ESTUDANTES PRECISAM DE HABILIDADES MAIS ELEVADAS E RELEVANTES PARA O MUNDO DO TRABALHO, QUE ESTÁ SEMPRE EM MUDANÇA.



Prosperidade: economias sustentáveis e inclusivas

A economia global precisa tornar-se economicamente sustentável e inclusiva para a Agenda 2030 triunfar. A educação tem um papel fundamental nessa transformação.

A educação e a aprendizagem ao longo da vida são necessárias para tornar a produção e o consumo sustentáveis, oferecer habilidades para a criação de indústrias verdes e orientar a educação superior e a pesquisa para a inovação ambiental. Elas também têm o papel de transformar setores econômicos estratégicos, como agricultura, da qual os países e famílias, tanto ricos quanto pobres, dependem.

Não apenas a economia precisa se tornar mais sustentável, mas também mais inclusiva e menos desigual. Uma educação de boa qualidade pode contribuir com esses objetivos. Uma força de trabalho melhor qualificada é essencial para o crescimento econômico inclusivo focado no bem-estar humano. A educação reduz a pobreza ao aumentar as chances de encontrar trabalhos decentes e salários adequados, além de ajudar a acabar com as lacunas salariais de gênero, status socioeconômico e pautadas em outras bases de discriminação.

INDÚSTRIAS SUSTENTÁVEIS AUMENTARÃO A DEMANDA POR HABILIDADES

Desenvolvimento sustentável e crescimento verde implicam a criação de indústrias verdes e o "esverdeamento" das já existentes. Indústrias verdes já empregam um número grande de funcionários e se espera que elas cresçam significativamente em países de baixa renda. Por exemplo, os recursos renováveis podem responder por quase a metade do aumento total de geração de energia mundial entre 2015 e 2040, com crescimento especialmente grande na China, na Índia, na América Latina e na África Subsaariana.

A criação de indústrias verdes depende de trabalhadores altamente qualificados com formações acadêmicas e profissionais específicas. Transformar as indústrias já existentes requer educação e formação continuada para funcionários de base e intermediários, muitas vezes no próprio trabalho. Legisladores e educadores enfrentam o desafio de definir quais habilidades ensinar, principalmente no momento em que as economias passam por mudanças rápidas.

A sustentabilidade e o crescimento verde requerem aumentos substanciais no investimento em pesquisa e desenvolvimento. Para que os sistemas de educação superior municiem pessoas suficientes com conhecimentos e habilidades especializadas em uma ampla gama de áreas, são necessários currículos diversificados e específicos, além de programas de estudo cooperativo entre as áreas. A Agência Internacional de Energia (*International Energy Agency*) estima que os governos precisam aumentar a pesquisa e o desenvolvimento energético em até cinco vezes por ano para alcançar uma transição rápida para intensidade de baixo carbono.

A EDUCAÇÃO PODE AJUDAR A TRANSFORMAR A AGRICULTURA

“
Programas de alfabetização e extensão agrícola podem ajudar os agricultores a aumentar a produtividade em até 12%”

A agricultura mundial enfrentará um desafio sem precedentes entre 2015 e 2030. É o setor econômico mais diretamente afetado pela degradação ambiental, além de ser responsável por um terço das emissões de gases de efeito estufa. Enquanto isso, o crescimento populacional demanda um crescimento enorme, porém sustentável, na produção de alimentos, além de uma distribuição mais igualitária dos suprimentos.

A educação é vital para a produção sustentável de alimentos. A educação primária¹ e secundária oferece aos futuros agricultores tanto habilidades básicas quanto conhecimento crítico sobre os desafios da sustentabilidade na agricultura. Políticas de formação profissional e habilidades transpõem a lacuna entre os agricultores e as novas tecnologias. Programas de alfabetização e extensão agrícola podem ajudar os agricultores a aumentar a produtividade. A pesquisa agrícola conectada com a educação terciária ajuda a produzir inovação, que, por sua vez, aumenta a sustentabilidade. No entanto, muitos países e doadores diminuíram ou suspenderam o investimento em tais pesquisas. Notavelmente, a parcela da África Subsaariana nos gastos globais com pesquisa agrícola pública diminuiu de 10%, em 1960, para 6%, em 2009.

1 A UNESCO adota a Classificação Internacional de Educação (*International Standard Classification of Education* – ISCED), que considera os seguintes níveis educacionais: a) educação pré-primária (ISCED nível 0), concebida essencialmente para introduzir as crianças de 0 a 5 anos na educação – no Brasil, corresponde à creche e à pré-escola; b) educação primária (ISCED 1), que tem o objetivo de fornecer aos alunos uma educação básica sólida em leitura, escrita e matemática, bem como uma compreensão elementar de temas como história, geografia, ciências naturais, ciências sociais, artes e música – no Brasil, corresponde aos anos iniciais do ensino fundamental (de 1º a 5º ano ou equivalente); c) ensino secundário (ISCED 2 e 3), com programa composto de duas etapas, o primeiro e o segundo nível: (i) primeiro nível do ensino secundário (ISCED 2) – no Brasil, corresponde aos anos finais do ensino fundamental (de 6º a 9º ano ou equivalente), e (ii) segundo nível do ensino secundário (ISCED 3) – no Brasil, corresponde ao ensino médio ou à educação profissional técnica de nível médio; d) educação pós-secundária não terciária (ISCED 4) – no Brasil, corresponde a educação profissional técnica de nível médio na forma subsequente; e) ensino terciário ou superior de ciclo curto (ISCED 5) – no Brasil, corresponde a cursos sequenciais de formação específica; f) ensino terciário ou superior de nível bacharelado ou equivalente (ISCED 6) – no Brasil, bacharelado, licenciatura e cursos superiores de tecnologia, além de cursos de especialização *lato sensu*; g) ensino terciário ou superior em nível de mestrado acadêmico, profissional ou equivalente (ISCED 7); h) ensino terciário ou superior em nível de doutorado ou equivalente (ISCED 8).

A EDUCAÇÃO E A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA CONTRIBUEM PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE LONGO PRAZO

Um nível melhor de educação primária e secundária contribui para o crescimento econômico de longo prazo. Os níveis iniciais de conquistas educacionais explicam cerca da metade da diferença nas taxas de crescimento entre o Leste da Ásia e a África Subsaariana entre 1965 e 2010. Educação de qualidade e trabalhadores qualificados favorecem ganhos de produtividade e mudanças tecnológicas. Diferenças na qualidade do sistema educacional ajudam a explicar o "milagre" econômico do leste asiático e as "décadas perdidas" na América Latina. Para que os países prosperem, é fundamental que haja investimento em educação secundária e terciária de qualidade. Isso é particularmente verdadeiro para a África Subsaariana, onde a taxa bruta de matrículas na educação terciária foi de apenas 8% em 2014.

“
Até 2020, o mundo
poderá ter um déficit
de 40 milhões de
trabalhadores com
educação terciária em
relação à demanda”

Se for para a educação continuar a conduzir o crescimento, ela deverá acompanhar a rápida mudança do mundo do trabalho. A tecnologia não apenas aumentou a demanda por trabalhadores altamente qualificados, mas também diminuiu a demanda por trabalhos de habilidades intermediárias, como vendas, área administrativa e operação de máquinas, tarefas que são mais facilmente automatizadas. Isso poderia afetar milhões de pessoas no futuro: em 2015, pouco menos de dois terços do total de empregos era em ocupações de habilidades intermediárias.

Dados indicam que a maioria dos sistemas educacionais não tem acompanhado a demanda do mercado. Até 2020, o mundo poderá ter um déficit de 40 milhões de trabalhadores com educação terciária em relação à demanda, e um excesso de 95 milhões de trabalhadores com níveis educacionais mais básicos.

As habilidades e as competências promovidas por uma educação geral e abrangente – pensamento crítico, resolução de problemas, trabalho em equipe e por projetos, alfabetização efetiva e habilidades de comunicação e apresentação – provavelmente continuarão a ser valorizadas no mercado de trabalho. É extremamente importante, portanto, a aquisição de um conjunto de habilidades básicas e transferíveis para a empregabilidade no futuro. O desafio dos sistemas educacionais é como transmiti-las aos alunos da melhor forma possível.

A EDUCAÇÃO PODE APOIAR A INCLUSÃO SOCIAL

A educação é essencial para garantir que o crescimento econômico seja sustentável e não deixe ninguém para trás. Ela conduz o crescimento, aumenta a renda dos mais pobres e, se distribuída equitativamente, reduz a desigualdade. Se os dez membros mais recentes da União Europeia (UE) cumprirem as metas de acabar com o abandono escolar precoce e aumentar a participação na educação terciária até 2020, o número de pessoas sob o risco de pobreza poderia diminuir em 3,7 milhões.

No entanto, melhorias na formação e nas habilidades nem sempre se traduzem homoganeamente na diminuição das desigualdades sociais. Além de esforços para expandir a educação de forma justa, os governos precisam focar em melhorar a saúde e as políticas sociais redistributivas para ajudar a reverter a tendência de aumento da desigualdade de renda nos próprios países.

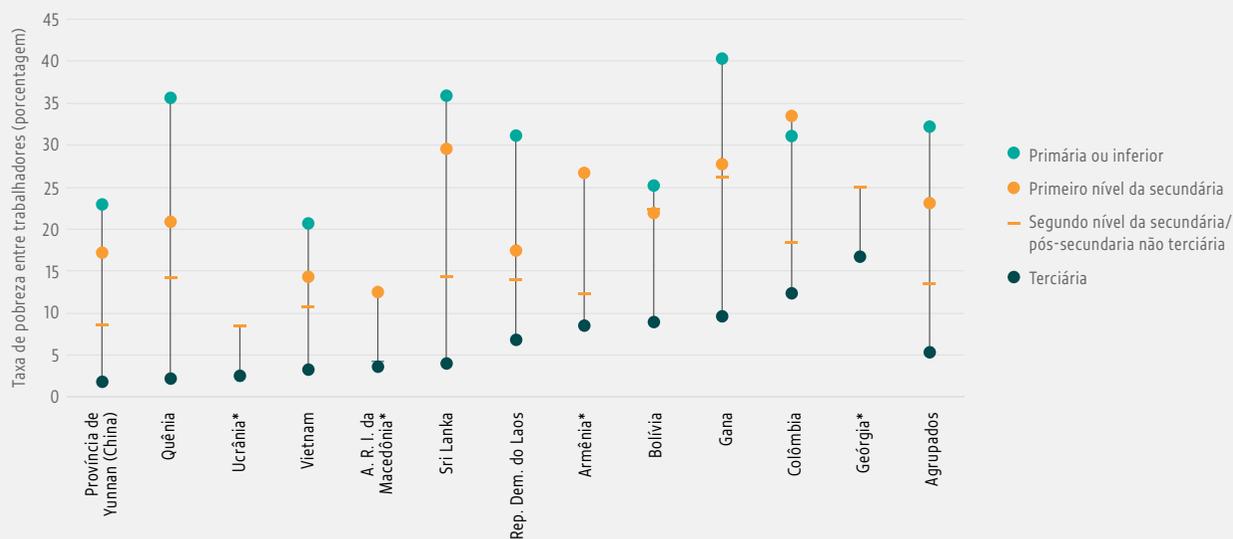
A EDUCAÇÃO MELHORA OS RESULTADOS DO MERCADO DE TRABALHO

As taxas de desemprego são mais baixas entre os mais educados, principalmente em países mais ricos. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas 55% dos adultos entre 25 e 64 anos com escolaridade menor do que o segundo nível da educação secundária estavam trabalhando em 2013, em comparação com 73% dos adultos da mesma faixa etária que completaram esse nível educacional ou outra forma de educação não terciária, e 83% com alguma qualificação terciária. Em países mais pobres, essa relação é, muitas vezes, mais fraca entre jovens, em uma sugestão de que a oferta de trabalho qualificado é limitada e que os sistemas educacionais não estão equipando os alunos com habilidades relevantes.

Reduzir a disparidade na educação pode aumentar o acesso a trabalhos decentes entre os grupos mais desfavorecidos. Análises realizadas para o Relatório GEM 2016 sugerem que, se os trabalhadores de contextos mais ricos e mais pobres tivessem a mesma educação, a disparidade entre o grupo de trabalhadores poderia diminuir em 39%.

FIGURA 2:**Níveis educacionais mais altos são associados a menos pobreza entre os trabalhadores**

Pobreza entre trabalhadores (abaixo de 50% da renda semanal mediana) por nível educacional em 12 países de renda baixa e média



* Níveis de educação foram excluídos em função de baixo número de observações.

Notas: Amostra para áreas urbanas. Amostras restritas a trabalhadores de tempo integral (pelo menos 30 horas por semana) entre 15 e 64 anos de idade.

Fonte: Cálculos da equipe do Relatório GEM com base em: Word Bank STEP Skills Measurement Surveys (2012-2013).

A educação está claramente relacionada aos rendimentos – em 139 países, a taxa de retorno por ano adicional de educação é de 9,7%. As taxas de retorno são mais altas em países mais pobres, nos quais faltam profissionais qualificados. No entanto, assegurar que estudantes se beneficiem ao máximo e com maior aproveitamento requer que os investimentos na educação sejam acompanhados por políticas econômicas que aumentem as demandas por habilidades profissionais.

Se, por um lado, o crescimento verde oferece muitas oportunidades para a expansão da oferta de trabalho, a perda de empregos é inevitável quando indústrias ecologicamente insustentáveis fecham. Assim, são necessárias políticas mais amplas de aprendizado ao longo da vida para a promoção de programas de educação e formação que possibilitem aos trabalhadores deslocados transitar para novos empregos.



Homem posa em uma lavoura de mandioca cultivada por meio de uma técnica melhorada, em Boukoku, na República Centro-Africana

CRÉDITO: FAO/Riccardo Gangale

PESSOAS

NÓS SOMOS TODOS TÃO DIFERENTES EM ALGUMAS COISAS, MAS EM OUTRAS SOMOS IGUAIS: TODOS QUEREMOS SER TRATADOS COM DIGNIDADE, TER SAÚDE E SEGURANÇA.



SE QUIERMOS ENSEINAR AS CRIANÇAS, ELAS PRECISAM ESTAR SAUDÁVEIS. SE VOCÊ QUISE SER SAUDÁVEL, VOCÊ PRECISA SABER CUIDAR DE SI MESMO.



INFELIZMENTE, OS QUE MAIS PRECISAM DA EDUCAÇÃO MUITAS VEZES TÊM SEU ACESSO A ELA NEGADO.



E A OUTROS DIREITOS BÁSICOS TAMBÉM!

A IGUALDADE DE GÊNERO AINDA É UM GRANDE PROBLEMA. É SÓ PENSAR COMO POUCAS MULHERES SÃO LÍDERES NA POLÍTICA OU NOS NEGÓCIOS! A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, ATÉ MESMO DENTRO DE CASA, ACONTECE TODOS OS DIAS.



MAS EDUCAR AS MULHERES AJUDA A COMBATER FALSOS PRESSUPOSTOS DO QUE AS MULHERES PODEM E DEVEM FAZER E LHE DÁ MAIS CHANCES DE PARTICIPAR DA POLÍTICA E DE CONSEGUIR BONS EMPREGOS.



EDUCAR AS MULHERES TAMBÉM MELHORA SUA SAÚDE E A DE SUA FAMÍLIA.

CHEGOU A HORA DE TRABALHARMOS JUNTOS PARA ACABAR COM A DISCRIMINAÇÃO.



Pessoas: desenvolvimento social inclusivo

O desenvolvimento social promove melhorias no bem-estar humano e na equidade e é, assim, compatível com a democracia e a justiça. A educação é um facilitador poderoso, além de um aspecto fundamental, do desenvolvimento social. Ela é essencial para garantir que as pessoas possam levar vidas saudáveis e também para melhorar a vida das crianças. A educação pode melhorar a equidade de gênero ao empoderar populações vulneráveis, a maioria das quais são meninas e mulheres.

A educação está interligada a outros setores, da mesma forma que saúde, nutrição, água e fontes de energia são centrais para a educação. A saúde das crianças determina sua habilidade de aprender, a infraestrutura da saúde pode ser usada para educar, e professores saudáveis são indispensáveis ao funcionamento do setor educacional.

Por fim, é necessária uma abordagem holística ao desenvolvimento humano para combater desafios multidimensionais da pobreza.

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL INCLUSIVO É ESSENCIAL PARA FUTUROS SUSTENTÁVEIS PARA TODOS

“
Mulheres realizam
pelo menos duas
vezes mais trabalhos
não remunerados do
que os homens

O desenvolvimento social inclusivo requer uma oferta universal de serviços essenciais como educação, saúde, água, saneamento, energia, moradia e transporte, o que está longe de ser o caso no presente. Apesar dos avanços, uma equidade concreta de gênero continua a ser ilusória na maioria dos países – por exemplo, as mulheres realizam pelo menos duas vezes mais trabalhos não remunerados do que os homens e, frequentemente, trabalham no setor informal.

”

O desenvolvimento social inclusivo requer o combate à marginalização e à discriminação arraigadas contra mulheres, pessoas com deficiências, populações indígenas, minorias étnicas e linguísticas, refugiados e populações deslocadas, entre outros grupos vulneráveis.

Para mudar normas discriminatórias e empoderar mulheres e homens, a educação e o conhecimento que ela transmite podem ser melhorados para influenciar valores e atitudes.

Muitos grupos são marginalizados em termos de acesso e qualidade da educação, incluindo minorias raciais étnicas e linguísticas, pessoas com deficiências, comunidades pastoris, moradores de favelas, crianças com HIV, crianças não registradas e órfãos. Diferenças de renda, localização, grupo étnico e gênero são responsáveis por padrões de marginalização educacional nos países. A pobreza é, de longe, a maior barreira à educação. Entre jovens com idades entre 20 a 24 anos, em 101 países de renda baixa e média, os mais pobres têm, em média, cinco anos menos de escolarização do que os ricos; a lacuna é de 2,6 anos entre moradores de áreas urbanas e rurais e 1,1 entre mulheres e homens.

Esses fatores muitas vezes se sobrepõem. Por exemplo, mulheres de contextos de marginalização étnica ou espacial frequentemente obtêm resultados consideravelmente piores do que sua contraparte do sexo masculino. Na maioria dos países, menos da metade das mulheres pobres de áreas rurais têm habilidades básicas de alfabetização. Em países como Afeganistão, Benin, Chade, Etiópia, Guiné, Paquistão e Sudão do Sul, onde as disparidades são extremas, as mulheres jovens mais pobres não obtiveram nem mesmo um único ano de escolarização.

A EDUCAÇÃO MELHORA OS RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A educação pode melhorar os resultados do desenvolvimento social em várias áreas, nomeadamente saúde e situação da mulher. Ela oferece habilidades e conhecimentos específicos sobre saúde e nutrição e muda o comportamento de forma a melhorar as condições médicas. Na Índia, na Indonésia, no Paraguai e na Tanzânia, os pacientes mais pobres com baixa escolarização tinham acesso a médicos menos competentes.

Intervenções que ocorrem nas escolas, como merenda e campanhas de saúde, podem ter impacto imediato na saúde. Mas a merenda escolar pode aumentar a frequência. No norte rural de Burkina Faso, o almoço diário na escola e um lanche para levar para casa aumentaram a frequência de meninas em cinco a seis pontos percentuais após um ano.



Estima-se que quatro anos a mais de escolarização na Nigéria diminuem as taxas de fertilidade em um filho por menina



Intervenções nas escolas podem, ainda, divulgar informações sobre saúde e gerar uma mudança comportamental. Muitas intervenções escolares sobre água, saneamento e higiene têm impactos positivos na saúde e na equidade econômica e de gênero. Na Finlândia, as refeições escolares são vistas como um investimento na aprendizagem e como forma de ensinar hábitos alimentares duradouros, além de uma maneira de promover conscientização sobre escolhas alimentícias.

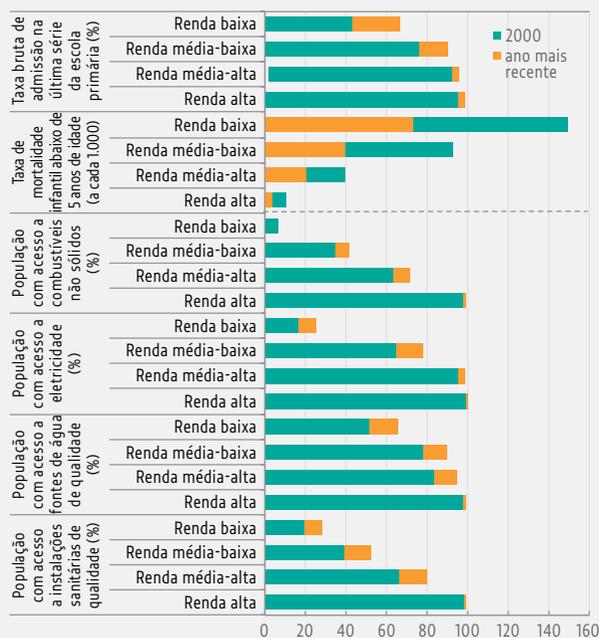
Indivíduos e sociedades se beneficiam quando meninas e mulheres recebem uma educação de melhor qualidade. A educação aumenta as oportunidades de emprego para as mulheres. O letramento as ajuda a ter acesso a informações sobre direitos sociais e legais, além de serviços sociais. A educação pode aumentar o engajamento político das mulheres ao transmitir habilidades que possibilitem sua participação em processos democráticos. Níveis educacionais baixos são um fator significativo de risco de violência doméstica.

Mães com melhor nível educacional são mais capazes de alimentar bem seus filhos e mantê-los saudáveis. A educação de mães também tem efeitos intergeracionais poderosos, com mudanças nas preferências da família e nas normas sociais. Estima-se que quatro anos a mais de escolarização na Nigéria diminuem as taxas de fertilidade em um filho por menina. A educação de curto prazo em apoio a mães de crianças pequenas pode ter um impacto significativo na saúde e na nutrição. Uma educação não formal direcionada pode ser eficiente para ajudar as mulheres a planejar o parto.

FIGURA 3:

Houve progresso nos resultados de educação básica e saúde e na oferta de serviços básicos essenciais, mas grandes desafios persistem

Acesso a serviços básicos e melhoria nos resultados da educação e da saúde, 2000 e ano mais recente



Nota: O "ano mais recente" foi 2012 para acesso a combustíveis não sólidos e acesso a eletricidade, 2014 para taxa bruta de admissão na educação primária, e 2015 para acesso a instalações de água e saneamento e mortalidade de crianças até 5 anos.

Fontes: Banco de dados do UIS e Banco Mundial (2016).

A educação pode também diminuir a mortalidade materna. Aumentar a educação de mulheres de zero para um ano poderia prevenir 174 mortes maternas a cada 100 mil nascimentos.

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL INFLUENCIA A EDUCAÇÃO

Da mesma forma que a educação tem impactos positivos no desenvolvimento social, o desenvolvimento social afeta a educação, tanto positiva quanto – quando não inclusivo – negativamente. Saúde e nutrição formam a base dos sistemas educacionais: elas condicionam a capacidade das crianças de frequentar a escola e aprender, além da capacidade de suas famílias de apoiá-las. No Quênia, as meninas que receberam tratamento contra parasitas tinham uma probabilidade 25% maior de passar no exame nacional de êxito da escola primária. As condições de vida na primeira infância preparam o terreno para a aprendizagem. Além disso, o acesso de professores a um sistema de saúde de qualidade pode diminuir seu absenteísmo e desgaste.

O acesso a água, saneamento, higiene e energia influencia positivamente a educação. Em Gana, diminuir pela metade o tempo gasto para buscar água aumentou a frequência escolar entre meninas, principalmente em áreas rurais. Em zonas rurais do Peru, na medida em que o número de famílias com acesso a eletricidade aumentou de 7,7%, em 1993, para 70%, em 2013, o tempo de estudo das crianças aumentou em 93 minutos por dia.

SÃO NECESSÁRIAS INTERVENÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS INTEGRADAS

O progresso na paridade de gênero na educação não se traduziu sistematicamente em igualdade de gênero. Por exemplo, em países asiáticos como Japão e Coreia do Sul, embora a educação de mulheres tenha aumentado, a participação feminina na força de trabalho continua limitada, apesar da demanda por trabalho qualificado em razão do envelhecimento da força de trabalho. Da mesma forma, não é viável uma mudança de comportamento duradoura em relação à saúde apenas com intervenções educacionais.

Esses padrões destacam a necessidade de intervenções e políticas mais abrangentes, que integrem a educação a ações como mudança legislativa ou políticas trabalhistas. Programas de proteção social que buscam reduzir os riscos e a vulnerabilidade – como pensões, transferência de renda e microfinanciamento – podem gerar resultados em diversas áreas, desde a diminuição da pobreza até o acesso melhorado à educação. Políticas favoráveis às famílias e a arranjos trabalhistas flexíveis, por exemplo, podem incentivar a participação contínua das mulheres na força laboral.

Programas que reúnem homens e mulheres podem ser eficientes para combater preconceitos profundos de gênero. No Brasil, o Programa H inclui sessões educacionais em grupo, além de campanhas e ativismo liderados por jovens para transformar estereótipos de gênero entre homens jovens; o programa foi adotado por mais de 20 países.



Selina Akter, estudante do segundo ano de obstetrícia, desempenha o papel de mãe no estudo da prática de cuidado pós-natal no Instituto de Enfermagem de Dinajpur, em Bangladesh.

PAZ

OS CONFLITOS DESTROEM A EDUCAÇÃO. ESCOLAS, ALUNOS E PROFESSORES ESTÃO SENDO ATACADOS E FORÇADOS A SE DESLOCAR.



MAS OS CONFLITOS FAZEM COM QUE A EDUCAÇÃO SEJA AINDA MAIS IMPORTANTE.



ESCOLAS DEVEM SER LUGARES SEGUROS PARA CRIANÇAS E FAMÍLIAS QUE FORAM FORÇADAS A SE DESLOCAR DE SUAS CASAS.



QUANDO SOMOS EDUCADOS, ALIMENTAM NOSSAS CHANCES DE VOTAR E PROTESTAR PACIFICAMENTE, E NÃO COM ARMAS.



E SE NÃO CONSEGUIRMOS LER DOCUMENTOS E ENTENDER NOSSOS DIREITOS LEGAIS, COMO PODEREMOS USAR O SISTEMA JUDICIAL?



O TIPO CERTO DE EDUCAÇÃO É UMA FERRAMENTA PREVENTIVA PODEROSA, MESMO QUE NÃO SEJA MENCIONADA EM ACORDOS DE PAZ OFICIAIS.



Paz: participação política, paz e acesso à justiça

A violência e os conflitos armados persistentes prejudicam a segurança e o bem-estar pessoal. Prevenir a violência e alcançar uma paz sustentável demanda instituições democráticas e representativas, além de sistemas judiciais que funcionem. A educação é um elemento-chave na participação política, na inclusão, na *advocacy* e na democracia. Embora a educação possa contribuir com o conflito, ela pode também diminuí-lo ou eliminá-lo. A educação pode ter um papel vital na construção da paz e, dessa forma, ajudar a combater as consequências alarmantes de sua negligência. Iniciativas educacionais, principalmente as guiadas por organizações da sociedade civil, podem ajudar populações marginalizadas a obter acesso à justiça.

A EDUCAÇÃO E O LETRAMENTO TORNAM A POLÍTICA MAIS PARTICIPATIVA

A educação aumenta o conhecimento sobre líderes políticos importantes, bem como sobre o funcionamento dos sistemas políticos. Indivíduos precisam de informação e habilidades para votar, entender o que está em jogo e interessar-se pelos resultados das eleições. No oeste do Quênia, um programa de bolsas voltado para meninas de grupos étnicos politicamente marginalizados levou ao aumento da participação na educação secundária e expandiu seu conhecimento político. No Paquistão, uma campanha de conscientização sobre o voto antes das eleições de 2008 aumentou a probabilidade de as mulheres votarem em 12 pontos percentuais. Na Nigéria, uma campanha de antiviolença anterior às eleições de 2007 reduziu a intimidação e aumentou em 10% o número de pessoas votantes.

Uma educação melhor também pode ajudar as pessoas a serem mais críticas e politicamente engajadas, além ser capaz de aumentar a representação de grupos marginalizados. É mais provável que os alunos se engajem na política com uma educação cívica bem planejada, promovida em um ambiente de aprendizagem aberto, que apoie a discussão de assuntos polêmicos e permita que os alunos ouçam e expressem opiniões divergentes. Um estudo em 35 países mostrou que abertura nas discussões em sala de aula aumenta a intenção de participação política. Em Israel e na Itália, percebeu-se que um clima aberto e democrático na sala de aula ajuda os alunos a se envolver de forma ativa, cívica e politicamente.

Há uma relação forte entre uma educação melhor e o envolvimento de mulheres em órgãos nacionais e locais de tomada de decisões. Representação maior de mulheres na política e em funções públicas pode ser um caminho para reduzir a disparidade de gênero na educação, pois elas despontam como modelos positivos para as mulheres e aumentam suas aspirações educacionais. Nos 16 maiores estados da Índia, um aumento de 10% no número de mulheres envolvidas na política local causaria um aumento de quase 6% na conclusão da escola primária, com impacto maior na educação das meninas.

“
Níveis melhores
de alfabetização
responderam pela metade
das transições para
regimes democráticos
entre 1870 e 2000

”

A educação aumenta a probabilidade de que cidadãos insatisfeitos canalizem suas preocupações por meio de movimentos civis não violentos, como protestos, boicotes, greves, encontros, manifestações políticas, não cooperação social e resistência. Ao longo de 55 anos, em 106 países, grupos étnicos mais educados tiveram maior probabilidade de se envolver em protestos não violentos.

O acesso amplo e igualitário à educação de boa qualidade ajuda a manter práticas e instituições democráticas. Níveis melhores de alfabetização responderam pela metade das transições para regimes democráticos entre 1870 e 2000.

EDUCAÇÃO E CONFLITO: UMA RELAÇÃO COMPLEXA

A pobreza, o desemprego e a desesperança resultantes da falta de uma boa educação podem atuar como agentes de recrutamento para milícias armadas. Em Serra Leoa, jovens sem educação têm chances nove vezes maiores de se afiliar a grupos rebeldes do que os que têm pelo menos a educação secundária. A desigualdade na educação agrava esse problema. Dados de 100 países, ao longo de 50 anos, indicam que os países que possuem as maiores lacunas educacionais têm mais chances de estar em conflito. No entanto, mais educação não representa uma panaceia: quando os níveis educacionais aumentam e os mercados de trabalhos se estagnam, a frustração pode transbordar.

As escolas que incutem preconceito, intolerância e distorções históricas podem se tornar um terreno fértil para a violência. Em muitos países, percebe-se que os currículos e os materiais didáticos reforçam estereótipos e exacerbam

ressentimentos sociais e políticos. Em Ruanda, uma revisão de políticas e programas educacionais entre 1962 e 1994 descobriu que o conteúdo escolar contribuiu para caracterizar e estigmatizar hutus e tutsis em grupos excludentes. A língua na educação também pode ser mais uma fonte de insatisfação.

“
Dados de 100 países, ao longo de 50 anos, indicam que os países que possuem as maiores lacunas educacionais têm mais chances de estar em conflito

” Os conflitos armados são um dos principais obstáculos ao progresso na educação. Em países afetados por conflitos, 21,5 milhões de crianças em idade de frequentar a escola primária (35% do total) e quase 15 milhões de adolescentes em idade de frequentar o primeiro nível da educação secundária (25%) estão fora da escola. Na Síria, mais de meio milhão de crianças estavam fora da escola primária em 2013. Além disso, muitas vezes as escolas são usadas para fins militares. Os professores correm riscos: na Colômbia, 140 professores foram mortos entre 2009 e 2013. O recrutamento forçado e generalizado de crianças por grupos armados também continua a existir.

Os refugiados representam um desafio enorme aos sistemas educacionais. Crianças e adolescentes refugiados têm chances cinco vezes maiores de estar fora da escola do que seus pares não refugiados. Em alguns campos para refugiados, as taxas de alunos/professor chegam a 70:1, e muitos professores não são qualificados.

A educação pode ajudar a lidar com as diferenças entre grupos étnicos e religiosos. No entanto, onde as escolas mantêm o *status quo* por meio do currículo ou da segregação escolar, elas podem incutir atitudes discriminatórias. Na Bósnia e Herzegovina, as escolas foram segregadas étnica e linguisticamente desde o final da guerra, em 1996. O conteúdo curricular pode ajudar ou prejudicar as relações intergrupais após o conflito. O sucesso de qualquer reforma curricular depende da disponibilidade de professores motivados, engajados e qualificados.

Uma educação para a paz bem planejada, formal e não formal, pode diminuir a agressividade, o *bullying* e a participação em conflitos violentos entre alunos. A educação precisa ser integrada a agendas internacionais de construção da paz, porém as questões de segurança tendem a ser priorizadas em vez disso. Dos 37 tratados de paz completos disponíveis ao público que foram assinados entre 1989 e 2005, 11 sequer mencionam a educação.

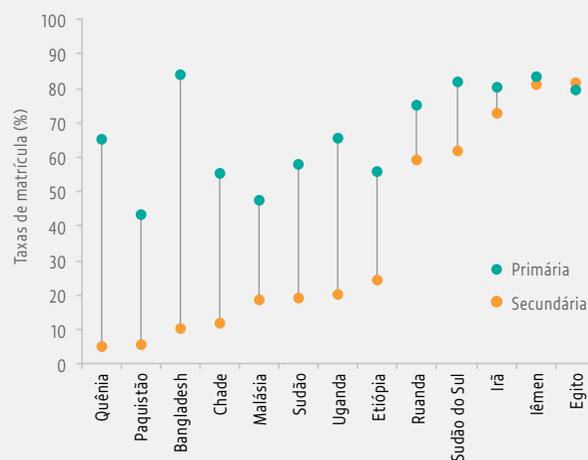
A EDUCAÇÃO PODE SER FUNDAMENTAL PARA CONSTRUIR UM SISTEMA DE JUSTIÇA QUE FUNCIONE

Um sistema de justiça efetivo é indispensável para manter sociedades pacíficas. No entanto, muitos cidadãos não possuem as habilidades para acessar os complexos sistemas judiciais. Em 2011, segundo resultados de uma pesquisa sobre pessoas que utilizaram o sistema judicial na Antiga República Iugoslava da Macedônia, apenas 32% dos indivíduos com educação primária estavam bem ou parcialmente informados sobre o sistema judicial e suas reformas, em comparação com 77% dos que tinham educação superior. Programas educacionais baseados na comunidade podem ajudar a aumentar o entendimento dos direitos legais, principalmente para os marginalizados.

Formar os funcionários da justiça e agentes da lei é fundamental. Treinamento e formação insuficientes podem retardar a justiça e resultar em atrasos, coleta de provas malfeita ou insuficiente, falta de aplicação da lei e abuso. No Haiti, a polícia nacional passou da posição de instituição pública menos confiável para a posição de mais confiável em cinco anos por meio de um programa da ONU de sete meses de duração voltado para treinamento em contratações.

FIGURA 4:
As condições educacionais para crianças refugiadas variam enormemente

Taxas de matrícula na educação primária e secundária, campos de refugiados selecionados em países selecionados, 2014



Fonte: Análises da equipe do Relatório GEM (2016) com base em dados de 2014 do ACNUR.



Crianças olham através da janela de uma sala de aula destruída na Escola Primária Werwa, em Maidguri, estado de Borno, danificada Pelo Boko Haram durante os ataques de 2010 e 2013. A instituição, fundada em 1915, foi a primeira escola primária do nordeste da Nigéria.

LUGARES

AS CIDADES ESTÃO CRESCENDO E MUDANDO RAPIDAMENTE, PRINCIPALMENTE NOS PAÍSES MAIS POBRES.



AS PESSOAS MUITAS VEZES SE MUDAM PARA A CIDADE EM BUSCA DE OPORTUNIDADES MELHORES, MAS O EXCESSO DE PESSOAS PODE SOBRECARRREGAR OS SERVIÇOS.



A EDUCAÇÃO AJUDA ESSAS PESSOAS A CONSEGUIR EMPREGO, E TORNA AS CIDADES LUGARES ATRAENTES PARA SE ESTAR.



E PODEMOS EDUCAR AS CIDADES PARA QUE SE TORNEM MAIS ECOLÓGICAS TAMBÉM!



MELHOR AINDA — O TIPO CERTO DE EDUCAÇÃO PODE REDUZIR A DISCRIMINAÇÃO E A CRIMINALIDADE, ALÉM DE AJUDAR A CONSTRUIR COMUNIDADES MAIS FORTES.



PRINCIPALMENTE QUANDO OS PREFEITOS E OS URBANISTAS OUVEM O QUE QUEREMOS.



Lugares: cidades e assentamentos humanos

A urbanização é uma das tendências demográficas modernas mais marcantes – mais da metade da população mundial mora em cidades e áreas urbanas, e a maior parte do crescimento populacional projetado para 2050 acontecerá em cidades de baixa renda. O Relatório GEM analisa como as cidades e a urbanização afetam a educação, além de como a educação afeta as questões urbanas.

A escala e a velocidade da mudança urbana requerem boa governança, flexibilidade e inovação. A educação deveria ser integrada ao planejamento urbano para que as necessidades e os direitos educacionais de todos sejam atendidos na medida em que as populações urbanas mudam. No entanto, o setor educacional, de forma geral, está ausente de discussões importantes do desenvolvimento urbano. Partes interessadas da educação e líderes urbanos precisam de *advocacy* e liderança mais fortes para que a educação ganhe mais espaço nas discussões sobre o futuro das cidades.

AS CIDADES AFETAM O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Globalmente, cerca da metade do crescimento urbano se deve ao crescimento populacional natural e metade à migração proveniente de áreas rurais. Esse crescimento aumenta a demanda por educação básica, aprendizado ao longo da vida, desenvolvimento de habilidades e professores, bem como a necessidade de fomentar a coesão social e a tolerância da diversidade cultural por meio da educação, inclusive para moradores de favelas e comunidades pobres, migrantes e refugiados.

Mais de um terço dos moradores urbanos em países de renda baixa vive em favelas nos centros das cidades ou periferias urbanas. As condições nessas aglomerações populacionais variam muito, mas muitas se caracterizam pelo baixo acesso a serviços básicos, incluindo a educação. Dados compilados de 130 perfis de favelas, de 12 grandes e

“
No final de 2014, seis em cada dez refugiados viviam em zonas urbanas. Mais da metade dos refugiados no mundo têm menos de 18 anos

médias cidades de Uganda, mostraram que, embora a maioria dos assentamentos tenha acesso à escola, os respondentes destacaram a necessidade de aumentar o número de escolas públicas acessíveis.

Pessoas que migram para cidades à procura de emprego enfrentam desafios como discriminação, barreiras linguísticas, desemprego e exploração na economia informal. O combate a essa situação requer foco no desenvolvimento de habilidades.

Os sistemas educacionais urbanos que recebem crianças e jovens forçadamente deslocados precisam se adaptar para apoiar sua integração a longo prazo – sobretudo na medida em que a crise mundial de refugiados aumenta. No final de

2014, seis em cada dez refugiados viviam em zonas urbanas. Mais da metade dos refugiados no mundo têm menos de 18 anos. Na Turquia, 85% das crianças sírias nos campos de refugiados frequentavam a escola, em comparação com 30% das que estavam em áreas urbanas.

O predomínio de escolas privadas, principalmente em cidades grandes e áreas urbanas periféricas, é, muitas vezes, subestimado ou desconsiderado nas discussões sobre a educação pública. Seu crescimento nas áreas urbanas periféricas é em geral informal, frequentemente não computado em estatísticas oficiais, e seriamente negligenciado. O censo escolar de 2010/2011 no estado de Lagos, na Nigéria, revelou que mais de 85% dos alunos da escola pré-primária e 60% dos alunos da escola primária estavam matriculados em escolas privadas.

A EDUCAÇÃO TEM IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS NAS CIDADES...

Educação primária e secundária de qualidade, além de taxas altas de participação na educação terciária, são elementos essenciais para fomentar a inovação e aumentar a produtividade em economias do conhecimento. As cidades atraem capital humano e investimento estrangeiro direto ao se posicionarem como centros globais de educação superior, habilidades, conhecimento e inovação. A megacidade de Xangai, na China, atrai uma diversidade de talentos, tem acesso a mais de 100 mil graduados e duplicou a proporção da força de trabalho com educação superior em uma década. A Universidade de Stanford tem tido um impacto econômico global significativo: 18 mil empresas criadas por seus alunos têm sua base no estado natal, a Califórnia.

O trabalho informal é uma fonte importante de emprego e renda em países pobres, principalmente nas cidades, e um empregador provisório importante em economias de alta renda durante crises econômicas. Reconhecer e incluir o trabalho informal em economias urbanas é importante para a prosperidade e a inclusão social nas cidades.

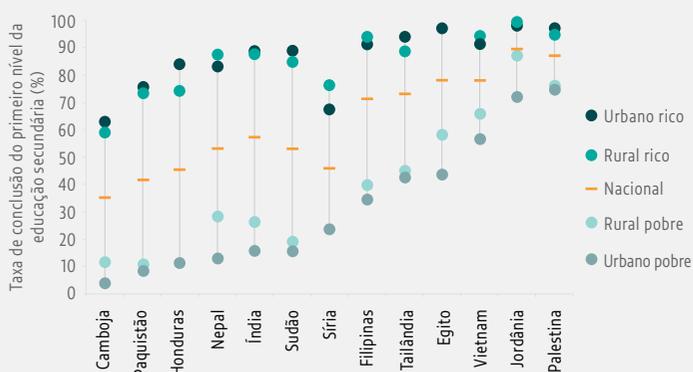
A educação também tem um impacto social positivo, principalmente na redução da criminalidade. Na Inglaterra e em Gales (Reino Unido), o prolongamento da escolarização compulsória causou uma redução expressiva na criminalidade e na violência. Nos Estados Unidos, investimentos em educação na primeira infância promoveram efeitos de longo prazo na redução do crime na vida adulta.

A educação pode melhorar, ainda, a conscientização sobre desafios e responsabilidades ambientais nas cidades. Ferramentas educacionais têm sido importantes na adoção em massa de *bus rapid transit* (BRT) e ciclismo. Em Lagos, Nigéria, um programa extenso de comunicação sobre um novo sistema de BRT ajudou a reduzir atrasos na implementação. Em países com cidades ciclistas, como Dinamarca, Alemanha e Países Baixos, a educação é tecida em uma abordagem integrada, e as crianças recebem uma formação abrangente desde a tenra idade.

FIGURA 5:

Os países em desenvolvimento têm disparidades rurais-urbanas, mas também disparidade muito alta dentro das áreas urbanas

Disparidade baseada na localização (rural-urbana) e na renda (quintil mais rico/mais pobre) nas taxas de conclusão do primeiro nível da educação secundária



Fonte: Análises da equipe do Relatório GEM (2016) com base em pesquisas demográficas de saúde, pesquisas *cluster* de indicadores múltiplos e em dados de pesquisas domiciliares nacionais.

...MAS TAMBÉM PODE CONTRIBUIR COM A DESIGUALDADE URBANA

Para garantir que a educação não piore a estratificação social, os governos precisam equilibrar atividades educacionais que possam melhorar a competitividade na cidade com outras que melhorem a inclusão social.

Há tanta – se não mais – desigualdade substancial na educação dentro das áreas urbanas quanto entre áreas urbanas e rurais. Os benefícios potenciais de estar em uma área urbana podem ser enfraquecidos pela falta de políticas de combate à desigualdade. Políticas e práticas discriminatórias, como a distribuição desigual de bons professores, também pode agravar a desigualdade. Na área metropolitana de Concepción, Chile, foram encontradas diferenças gritantes na distribuição de escolas de boa qualidade.

As escolas privadas, muitas vezes resultado da oferta pública insuficiente, podem tanto aliviar quanto agravar a desigualdade. A opção escolar – que permite aos pais decidir entre instituições públicas, privadas ou não estatais de outra natureza – é, muitas vezes, causa e também consequência da estratificação demográfica.

A desigualdade na educação pode ser perpetrada por atitudes negativas. Os professores exibem rotineiramente atitudes discriminatórias contra filhos de migrantes ou minorias, o que pode contribuir com sua marginalização social. Em Xangai, era mais provável que professores da primeira série reportassem que alunos migrantes ficaram abaixo da média em língua, mesmo após checar características de seu histórico. A educação também pode perpetuar a exclusão social se as escolas que atendem aos desfavorecidos forem violentas.

A segregação por grupo étnico, classe social ou raça é um fator dominante da educação em cidades nos Estados Unidos, na maioria da Europa e em países com legado de relações raciais turbulentas, como a África do Sul. A segregação na educação é maior em áreas metropolitanas altamente tecnológicas e baseadas em conhecimento. Em 90% das 30 maiores áreas metropolitanas dos Estados Unidos, a segregação entre famílias de alta e baixa renda aumentou. Uma pesquisa em 13 grandes cidades europeias indica que a segregação socioeconômica e

espacial tem aumentado na medida em que populações mais educadas alimentam o crescimento de indústrias de conhecimento intensivo.

A EDUCAÇÃO E A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PODEM INFLUENCIAR O PLANEJAMENTO URBANO E AJUDAR A TRANSFORMAR AS CIDADES

A educação tem o potencial de influenciar o planejamento urbano, caso seja parte de um esforço integrado. Em Berlim, foram lançados projetos de administração por bairro para criar uma "cidade socialmente integradora" por meio de atividades e oportunidades educacionais e de trabalho.

Para realizar esse potencial, é necessária uma formação multidisciplinar melhor que possibilite aos urbanistas trabalhar de forma efetiva entre disciplinas e setores para promover ambientes de vida mais sustentáveis. Na

“
A Índia possui cerca de um urbanista para cada 100 mil residentes urbanos, em comparação com um a cada 5 mil no Canadá e nos Estados Unidos

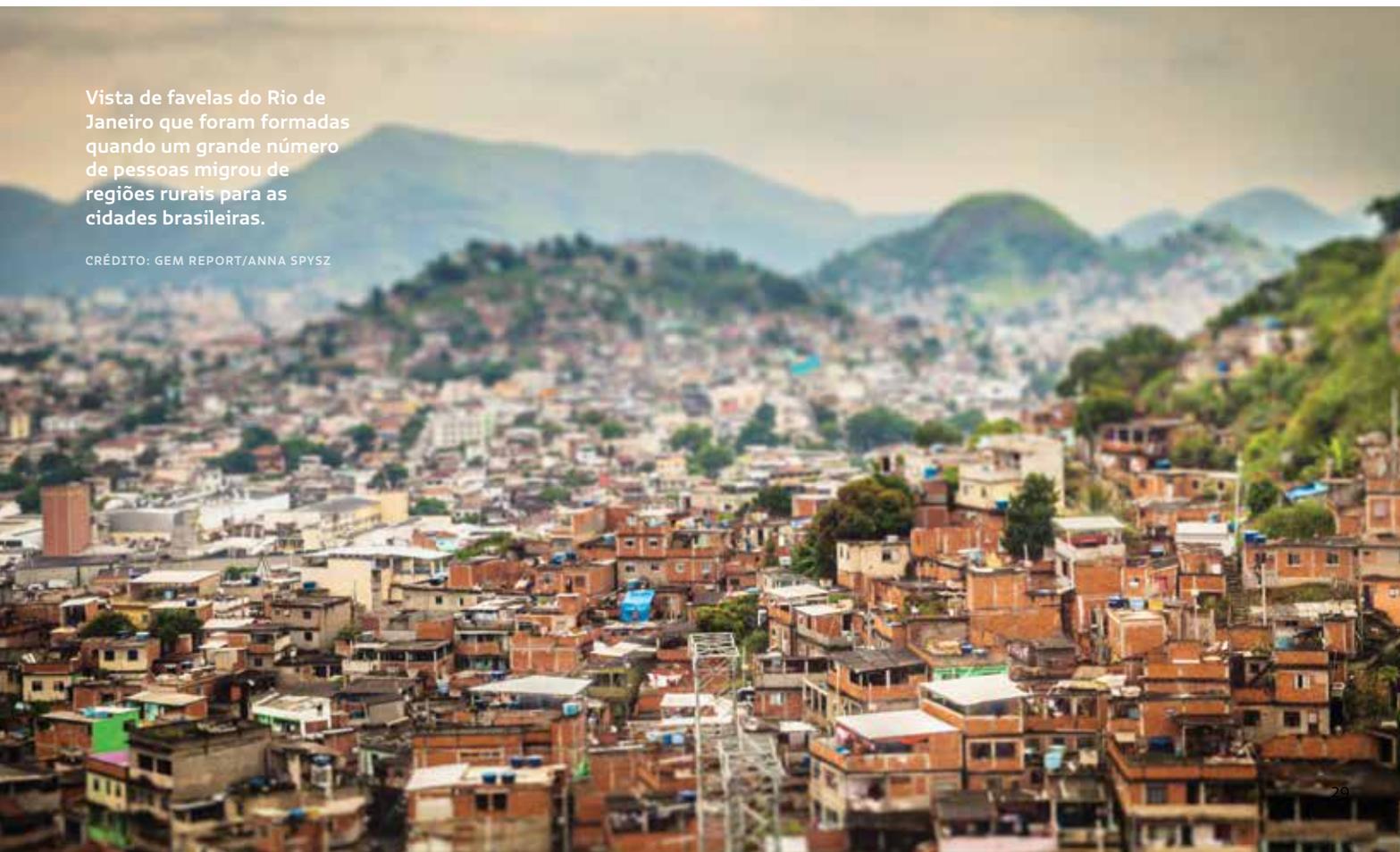
maioria dos países, escolas e programas de planejamento urbano são limitados. A Índia possui cerca de um urbanista para cada 100 mil residentes urbanos, em comparação com um a cada 5 mil no Canadá e nos Estados Unidos.

Abordagens participativas guiadas pela educação, que reconheçam as necessidades dos desfavorecidos, melhoram o planejamento urbano e a tomada de decisões. A rede *Shack/Slum Dwellers International* tem ajudado membros da comunidade a documentar desigualdades e exigir serviços dos governos locais. Em parceria com a Associação de Escolas Africanas de Urbanismo, essa rede se engajou em esforços para aumentar a relevância do planejamento urbano, principalmente em relação a assentamentos informais.

Líderes bem informados nas cidades podem usar a educação e a aprendizagem ao longo da vida de forma produtiva para transformar as cidades. Em Medellín, na Colômbia, o prefeito ajudou a transformar a cidade de uma das mais violentas do mundo para uma das mais inovadoras, por meio de uma estratégia de mudança social comandada pela educação. Na medida em que as cidades se tornam cada vez mais importantes, melhorar a autonomia local e destacar estratégias educacionais é fundamental para torná-las sustentáveis e inclusivas.

Vista de favelas do Rio de Janeiro que foram formadas quando um grande número de pessoas migrou de regiões rurais para as cidades brasileiras.

CRÉDITO: GEM REPORT/ANNA SPYSZ



PARCERIAS

TUDO ISSO PARECE ÓTIMO, MAS A EDUCAÇÃO TEM UM CUSTO. DE ONDE VEM O DINHEIRO PARA PAGAR POR TUDO ISSO?



EM PRIMEIRO LUGAR, OS GOVERNOS PRECISAM LEVANTAR MAIS FUNDOS LOCALMENTE – POR MEIO DE IMPOSTOS, POR EXEMPLO. E A EDUCAÇÃO PODE TER O PAPEL DE AJUDAR AS PESSOAS A ENTENDER OS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS!



MESMO ASSIM, EXISTE UMA LACUNA ENORME – DE PELO MENOS US\$ 39 BILHÕES – ENTRE O QUE PRECISAMOS FAZER E OS FUNDOS QUE TEMOS PARA FAZÊ-LO.



A AJUDA INTERNACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PRECISA AUMENTAR. DE FORMA GERAL, ELA ESTÁ DIMINUINDO – COM US\$ 1,2 BILHÃO A MENOS DO QUE EM SEU ÁPICE, EM 2010.



NÓS TAMBÉM PRECISAMOS SER MAIS INTELIGENTES SOBRE COMO GASTAR A AJUDA. PRECISAMOS PRIORIZAR OS PAÍSES POBRES E EM CONFLITO, ONDE AS CRIANÇAS ESTÃO FORA DA ESCOLA.



OS DOADORES E OS POLÍTICOS PRECISAM AGIR COM MAIS INTELIGÊNCIA – E TRABALHAR JUNTOS! – PARA NÃO DUPLICAREM OS CUSTOS.



PARCERIAS: ESTA É REALMENTE A CHAVE. TODOS PRECISAMOS TRABALHAR JUNTOS PARA CONSEGUIR ALCANÇAR Nossos OBJETIVOS.



Parcerias: criar condições para alcançar o ODS 4 e os outros ODS

A Agenda 2030 considera os atuais desafios sociais, econômicos e ambientais como indivisíveis e, assim, demanda respostas integradas. O ODS 17 articula formas de alcançar os ODS e pede por uma parceria global revitalizada. Suas metas destacam a necessidade de cooperação para garantir financiamento adequado, melhorar a coerência política e construir parcerias multilaterais, entre outras metas.

FINANCIAMENTO

A equipe do Relatório GEM estima que o custo anual total para garantir que toda criança e adolescente em países de renda baixa e média tenham acesso a educação de qualidade, do nível pré-primário ao final do secundário, aumentará de US\$ 149 bilhões para US\$ 340 bilhões até 2030. A Comissão Internacional de Financiamento de Oportunidades Globais de Educação (*International Commission on the Financing of Global Education Opportunities*), anunciada na Cúpula de Oslo sobre a Educação para o Desenvolvimento, em julho de 2015, identificará medidas para combater as lacunas no financiamento.

O Marco de Ação da Educação 2030 estabelece dois parâmetros para o financiamento doméstico da educação: 4% a 6% do PIB e 15% a 20% do gasto público. A mobilização de mais recursos domésticos será fundamental. Em cerca da metade de todos os países de baixa renda, as taxas estão abaixo de 15% do PIB, em comparação com 18% em economias emergentes e 26% em economias avançadas. Para aumentar essa taxa nos países mais pobres, são necessários esforços domésticos e globais. A educação pode melhorar o comportamento e o cumprimento da lei por parte dos contribuintes. Em 123 países estudados, com dados relativos a 1996 e 2010, o baixo nível de alfabetização estava associado à receita fiscal reduzida. A sonegação de impostos é frequentemente cometida pelas elites educadas, mas a educação está associada a atitudes positivas relativas ao imposto.

“ Países de renda baixa perdem cerca de US\$ 100 bilhões anualmente devido à sonegação de impostos de multinacionais ”

Na América Latina, nove países incluíram a educação fiscal em seu currículo por meio de esforços conjuntos entre os ministérios da Educação e autoridades fiscais.

Combater a sonegação de impostos e a evasão fiscal é também uma responsabilidade global. Estimativas recentes sugerem que países de renda baixa perdem cerca de US\$ 100 bilhões anualmente devido à sonegação de impostos de multinacionais via investimentos *offshore*. Ações domésticas e internacionais coordenadas sobre incentivos fiscais, tratados e decisões prejudiciais a empresas são necessárias para que os países de renda baixa recuperem a receita fiscal perdida.

Muitos países conseguiram realocar os gastos em benefício da educação. Duas maneiras de priorizar o investimento na educação são acabar com subsídios para combustíveis fósseis e reservar recursos para a educação. Na Indonésia, o gasto público com educação aumentou em mais de 60% entre 2005 e 2009, em grande parte devido a reformas no subsídio de combustíveis.

No entanto, mesmo supondo que a mobilização da receita doméstica melhore, persiste uma lacuna anual de financiamento de US\$ 39 bilhões. A ajuda internacional continuará a ser necessária para muitos países de renda baixa. Entretanto, o volume da ajuda à educação caiu cerca de US\$ 600 milhões de 2013 para 2014. Nesse contexto, três opções parecem promissoras: reservar mais recursos para a educação por meio de mecanismos multilaterais; usar mais ajuda para capacitar as autoridades nacionais a aumentar os recursos domésticos; e dirigir melhor a ajuda aos países e níveis educacionais mais necessitados. Há muito a ser melhorado: apesar dos benefícios significativos do investimento inicial na educação, os cuidados e a educação na primeira infância receberam apenas US\$ 106 milhões em ajuda direta em 2014, menos de 3% do volume recebido pela educação pós-secundária.

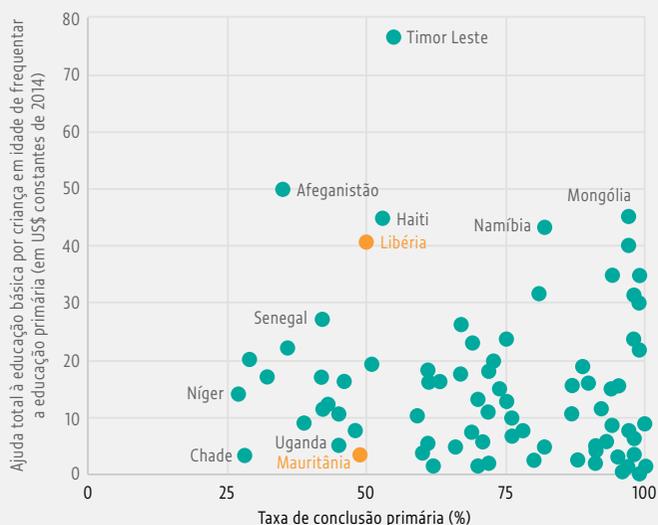
COERÊNCIA POLÍTICA

Abordagens setoriais específicas são insuficientes para atender os desafios interdependentes do desenvolvimento sustentável. A agenda geral dos ODS requer abordagens multissetoriais. Na educação, intervenções intersetoriais incluem iniciativas integradas de alimentação e saúde escolar, desenvolvimento na primeira infância e formação em habilidades e subsistência.

No panorama nacional, esforços bem-sucedidos de melhorar o planejamento multissetorial refletem a importância da vontade política, do apoio institucional, de recursos adequados e dados suficientes. Na Nigéria, foram usados fundos

FIGURA 6:

A ajuda à educação básica não está relacionada à necessidade
Ajuda total à educação básica por criança em idade de frequentar a educação primária (2014) e taxa de conclusão da educação primária (2008-2014)



Fonte: Análises da equipe do Relatório GEM com base em dados do Sistema de Informação de créditos da OCDE (OECD Creditor Reporting System) (2016); Banco de Dados da Desigualdade Mundial em Educação (World Inequality Database on Education).

de alívio da dívida para apoiar a oferta local de serviços de educação, saúde, água e saneamento em apoio aos ODM. O plano nacional de desenvolvimento da Colômbia considera a educação, a paz e a igualdade como prioridades presidenciais; o país visa a se tornar o mais educado da América Latina até 2025.

Agências governamentais tendem, frequentemente, a concentrar seu foco na formulação e na implementação de políticas em seus respectivos setores, o que dificulta a coordenação e a colaboração. Planos nacionais bem desenvolvidos que se relacionam com bons planos de financiamento educacional e sistemas descentralizados de planejamento e financiamento, e que também propiciam boa integração intersetorial, são a exceção, e não a regra, na maioria dos países mais pobres.

As agências de ajuda internacional enfrentam dois desafios na entrega de programas que sejam consistentes com as necessidades integradas de planejamento dos ODS: pode ser que lhes falte uma visão coerente de sua abordagem ao desenvolvimento e elas têm dificuldade em coordenar programas multissetoriais. A ajuda não está sendo adequadamente alocada segundo as necessidades do país. Na Libéria e na Mauritânia, cerca da metade das crianças completam a educação primária, mas a Libéria recebe 10 vezes mais o valor da ajuda à educação básica por criança em idade escolar.

PARCERIAS

Autoridades governamentais locais e nacionais, sociedade civil, acadêmicos, comunidade científica, setor privado e organizações multilaterais são alguns dos parceiros que podem ajudar a implementar agendas globais como a dos ODS. A sociedade civil, o setor privado e as parcerias multissetoriais têm papéis importantes no financiamento, na implementação e na responsabilização mútua da nova agenda, que deverá ser comandada pelos governos nacionais.

“ O papel dos órgãos de coordenação e financiamento é fundamental para o sucesso da agenda dos ODS

O crescimento das atividades da sociedade civil foi uma grande conquista da agenda de EPT. No entanto, restam desafios para planejar de forma mais eficaz parcerias da sociedade civil. Como podem organizações altamente dependentes de doadores manter uma voz independente? Outro desafio é a enorme variedade de atores diferentes sob a alçada da sociedade civil.

” O dinamismo e o financiamento que o setor privado pode trazer aos ODS são motivo para otimismo. No entanto, enquanto alguns louvam o crescimento do envolvimento privado como fonte de financiamento, flexibilidade, inovação e melhores resultados na aprendizagem, os céticos veem um potencial aumento da desigualdade e de influência indevida do mercado na escolarização.

O papel dos órgãos de coordenação e financiamento é fundamental. O mecanismo de coordenação da educação global inclui o Comitê Diretivo da Educação 2030 para os ODS, Reuniões da Educação Global, encontros regionais e consultas coletivas de ONGs sobre a Educação para Todos. O comitê diretivo deverá ser o mecanismo principal para apoiar os países, revisar o progresso e incentivar a coordenação de atividades entre os parceiros. A Parceria Global para a Educação (*Global Partnership for Education*), principal parceria multilateral do setor educacional, poderia aprender com parcerias do setor de saúde como o Fundo Global para Tuberculose, Aids e Malária (*Global Fund for Tuberculosis, Aids and Malaria*) e a GAVI, que mobilizam recursos significativos. Um novo fundo, A Educação não Pode Esperar (*Education Cannot Wait*), visa a arrecadar recursos para a educação de pessoas afetadas por conflitos, desastres naturais e epidemias.

Projeções: até que ponto expandir a educação afetará os resultados do desenvolvimento sustentável?

PROJETAR AS CONQUISTAS EDUCACIONAIS GLOBAIS PARA 2030 E ALÉM

O Relatório GEM 2016 projeta a probabilidade de se alcançar a conclusão universal da educação secundária até 2030, por meio de um conjunto de dados globalmente representativos e uma metodologia sofisticada. A mensagem é contundente: no ritmo do passado, nem mesmo o objetivo de EPT de conclusão da educação primária seria alcançado até 2030, e um objetivo mais ambicioso parece ser ainda mais inalcançável. Se as tendências passadas persistirem, a conclusão universal do primeiro nível da educação secundária seria alcançada em 2059, e a do segundo nível em 2084. Os países de baixa renda não alcançariam a Meta 4.1 até o final do século. A conclusão principal é que, tanto em países de baixa quanto de média renda, a situação do ODS demanda uma ruptura sem precedentes com tendências passadas para que o componente de êxito da Meta 4.1 seja alcançado.

PREVISÃO DOS EFEITOS SOBRE OS RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO

Embora as projeções sugiram que a meta dos ODS sobre educação pode não ser alcançada, mesmo progressos modestos podem fazer uma grande diferença para a próxima geração. Para se ter uma ideia de como a expansão educacional contribui com os outros ODS, o Relatório GEM analisa como a educação pode ajudar a salvar vidas (ao reduzir a mortalidade infantil e aumentar a expectativa de vida), tirar pessoas e países da pobreza (ao aumentar o crescimento econômico nacional agregado e reduzir a pobreza extrema absoluta) e reduzir a vulnerabilidade a desastres.

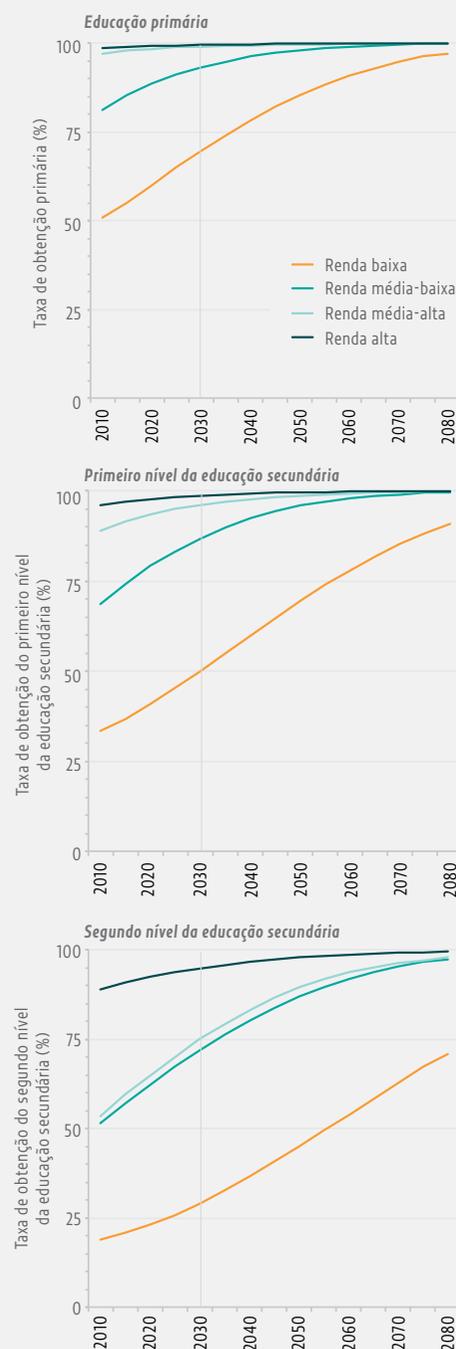
Se mulheres de idade fértil alcançarem a educação secundária universal até 2030, haveria uma redução da taxa de mortalidade de crianças até 5 anos na África Subsaariana de 68 para 54 mortes a cada mil crianças nascidas vivas até 2030, e de 51 para 38 até 2050. Uma vez que a saúde das crianças pode se beneficiar de efeitos no âmbito da comunidade e da difusão de práticas e comportamentos saudáveis, a mortalidade infantil poderia cair ainda mais do que as estimativas sugerem.

A educação pode estimular a renda *per capita* ao aumentar a produtividade do trabalho e acelerar o desenvolvimento e o uso de tecnologias. Em países de renda baixa, universalizar a conclusão da educação secundária aumentaria a renda *per capita* em 75% até 2050. Mesmo se alcançar a Meta 4.1 dos ODS não for suficiente para eliminar a pobreza extrema até 2030, isso representaria um avanço de 10 anos na eliminação da pobreza.

FIGURA 7:

Segundo as tendências passadas, nem mesmo a conclusão universal da educação primária universal será alcançada até 2030 em países de renda baixa e média

Taxas de obtenção projetadas para adolescentes de 15 a 19 anos por nível educacional e grupo de renda do país, 2010-2080



Fonte: Barakat (2016).

A educação pode ajudar a reduzir o número de mortes relacionadas a desastres, uma vez que pessoas educadas tendem a apresentar maior consciência sobre riscos, maior grau de preparo e respostas apropriadas e, em média, perdas menores quando algum desastre acontece. Se a educação secundária universal fosse alcançada até 2030, no período entre 2040 e 2050 haveria de 10 a 20 mil óbitos em decorrência de desastres por década, em comparação com os 250 mil óbitos ocorridos entre 2000 e 2010, caso a frequência de desastres se mantenha constante. A educação secundária universal teria um impacto particularmente forte em mortes decorrentes de desastres na Ásia, uma vez que a região abriga as maiores populações, e muitos dos mais vulneráveis moram em áreas costeiras.

Educação e sustentabilidade: o que sabemos e o que precisamos fazer

Assessão anterior demonstrou as muitas relações entre educação e desenvolvimento sustentável. Elas sugerem que os benefícios de completar a educação primária e secundária são substanciais, não apenas para indivíduos, mas também para suas famílias, suas comunidades e seus locais de trabalho. Homens e mulheres mais educados tendem a ter mais consciência ambiental, ser mais resilientes ao impacto das mudanças climáticas, ser mais produtivos e geradores de renda, viver vidas mais saudáveis, ser politicamente engajados e a exercer controle sobre suas vidas. Os benefícios da educação de meninas e mulheres são numerosos e intergeracionais.

“
Para que seja transformadora em apoio à nova agenda de desenvolvimento sustentável, a educação, da forma como sempre foi conduzida, não será suficiente”

Existe uma preocupação de que o desenvolvimento das condições globais esteja alterando os efeitos da educação. A economia mundial, por exemplo, criou riquezas enormes para uns, mas deixou muitos para trás, com vidas e meios de subsistência vulneráveis ao deslocamento econômico, à pobreza persistente ou a ambos. Ciclos de baixo desempenho econômico agravam a insegurança e os conflitos políticos e forçam milhões a fugir. O deslocamento decorrente de desastres naturais e da mudança climática prejudica os esforços dos países para garantir que todos os jovens completem pelo menos 12 anos de educação, bem como para oferecer amplas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

Para que seja transformadora em apoio à nova agenda de desenvolvimento sustentável, a educação, da forma como sempre foi conduzida, não será suficiente. A aprendizagem deveria promover um pensamento que seja relacional, integrante, empático, antecipatório e sistemático. As escolas deveriam se tornar espaços exemplares, que transbordem sustentabilidade – inclusivas, democráticas, saudáveis, neutras em carbono e que estabeleçam os alicerces para o êxito dos ODS.

As recomendações políticas a seguir sugerem como os sistemas educacionais podem contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento sustentável.

- *Apoiar colaborações e sinergias em todos os setores e com todos os parceiros.* Afinal, problemas sistemáticos requerem múltiplos atores e diversas perspectivas. Grandes esforços são necessários para envolver todos os parceiros, incluindo ministérios, *experts* em educação, sociedade civil, tanto em âmbito local quanto nacional e também entre os setores.
- *Os governos precisam considerar a educação e o treinamento formal e não formal como elementos essenciais em seus esforços de combater problemas intersetoriais.* A educação pode ser uma ferramenta importante para a construção de capacidades em todos os setores. Muitas metas dos ODS demandam habilidades e conhecimentos especializados oferecidos pelos sistemas educacionais.
- *A educação pode ajudar a reduzir a desigualdade econômica, mas não sozinha.* Expandir o acesso de grupos marginalizados à educação primária e secundária de qualidade ajudará a assegurar rendas decentes e a reduzir disparidades. Mudanças nas regulações do mercado de trabalho e na tecnologia devem penalizar trabalhadores em trabalhos menos seguros, principalmente no setor informal.

- Os sistemas educacionais precisam de um financiamento maior e mais previsível para (a) universalizar a conclusão da educação primária e secundária; (b) aumentar o número de professores qualificados, instruídos e motivados; (c) oferecer educação de qualidade para populações marginalizadas; e (d) preparar para os impactos da mudança climática e da possibilidade de conflitos duradouros.

MELHORAR A EQUIDADE

- A educação primária e secundária universal, principalmente para meninas, é central para a promoção da autonomia das mulheres e de sua tomada de decisões. Atingir essa meta reduziria o crescimento populacional, transformaria normas e práticas ao longo de gerações, assim como limitaria a sobrecarga do planeta.
- Políticas educacionais com foco em minorias, refugiados e populações internamente deslocadas deveriam priorizar o uso de línguas de instrução adequadas e garantir a utilização de materiais escolares e currículos não preconceituosos. É importante estabelecer uma reserva de professores proficientes em línguas relevantes em países com grandes proporções de minorias étnicas e populações migrantes.
- O planejamento urbano precisa envolver o planejamento educacional, sem deixar para trás as áreas rurais. Planejar a educação, entre outros serviços básicos, é vital para os moradores de favelas. Comodidades públicas e professores de qualidade deveriam ser distribuídos de forma igualitária, e as escolas deveriam ser pacificadas e livres de violência. Áreas rurais com declínio populacional e escolar demandam atenção para o planejamento e o envolvimento da comunidade.

MUDAR O FOCO DA EDUCAÇÃO

- Ao desenvolver políticas, os sistemas educacionais deveriam considerar tanto as necessidades de médio quanto de longo prazo, além de suas implicações para o desenvolvimento sustentável. É necessário ensinar habilidades ambientais aos alunos, oferecer oportunidades de reciclagem e aprimoramento para os trabalhadores, bem como alterar o currículo dos níveis secundário e terciário. Maior cooperação com empresas e indústrias melhoraria a relevância e a qualidade do ensino.
- Programas de educação cívica, para a paz e a sustentabilidade podem ser alavancas importantes para o progresso dos ODS. Quando efetivamente implementados, eles podem garantir um sistema jurídico mais equitativo, fortalecer capacidades para a execução judicial e legal, fomentar sociedades menos violentas e mais construtivas, melhorar a compreensão sobre as relações entre cultura, economia e meio ambiente, além de priorizar ações que melhorem o legado para as futuras gerações.

Os desafios de monitorar a educação nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O ODS 4, com suas 10 metas, representa um nível de ambição para os próximos 15 anos que vai além de qualquer acordo global de educação anterior. O Relatório GEM apresenta os desafios de monitorar o progresso da educação na Agenda 2030. Ele analisa todas as metas do ODS 4 – algumas das quais são mal formuladas – e discute os desafios técnicos de monitorar os respectivos indicadores. Ele também examina os esforços de desenvolvimento de ferramentas de medição válidas, confiáveis e comparáveis.

O Relatório GEM questiona quais são as prioridades do monitoramento da educação global e onde países e organizações precisam focar seus recursos. Ele examina, ainda, o contexto institucional, político e técnico dentro dos quais os indicadores serão medidos.

O PAPEL DO RELATÓRIO GEM

O Relatório GEM tem o mandato de ajudar a comunidade internacional a entender se e como o mundo está progredindo na educação e na aprendizagem ao longo da vida. Embora se considere que o Relatório de Monitoramento

“ O Relatório GEM tem o mandato mostrar se e como o mundo está progredindo na educação e na aprendizagem ao longo da vida ”

Global de EPT tenha cumprido seu mandato, o cenário está mudando rapidamente com o escopo expandido da Agenda 2030, em que são postos novos desafios.

Um conjunto de indicadores de monitoramento foi formulado (**Quadro 1**), apesar de a metodologia para medir muitos deles ainda estar sendo desenvolvida. Muitos indicadores cobrem apenas parcialmente os conceitos em cada meta. Formas alternativas de medir e monitorar as metas em âmbito nacional e regional também devem ser exploradas.

Nos próximos anos, o Relatório GEM fará uma análise abrangente do progresso global da educação usando indicadores disponíveis, questionando sua utilidade, refletindo sobre a qualidade de suas fontes, introduzindo novas formas de ver os dados e atuando por melhoras.

QUADRO 1

Metas e quadro proposto de indicadores globais/temáticos para o ODS 4 da educação

OBJETIVO 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Meta 4.1. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem uma educação primária e secundária gratuita, equitativa e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

1. Porcentagem de crianças e jovens: (a) no 2º/3º anos; (b) no final da educação primária; e (c) no final do primeiro nível da educação secundária com um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo **[Indicador global 4.1.1]**
2. Administração de uma avaliação de aprendizagem nacionalmente representativa (i) durante a educação primária, (ii) ao final da educação primária e (iii) ao final do primeiro nível da educação secundária
3. Taxa bruta de matrícula na última série (primária, primeiro nível da secundária)
4. Taxa de conclusão (primária, primeiro e segundo níveis da secundária)
5. Taxa de crianças fora da escola (primária, primeiro e segundo níveis da secundária)
6. Porcentagem de crianças com idade avançada para a série (primária, primeiro nível da secundária)
7. Número de anos de educação primária e secundária (i) gratuita e (ii) compulsória garantida no enquadramento legal

Meta 4.2. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso ao desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-primária, de modo que eles estejam preparados para a educação primária

8. Proporção de crianças menores de 5 anos que estão bem encaminhadas em seu desenvolvimento em termos de saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo **[Indicador global 4.2.1]**
9. Porcentagem de crianças menores de 5 anos que vivem ambientes domésticos de aprendizagem positivos e estimulantes
10. Taxa de participação em uma aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada na educação primária), por sexo **[Indicador global 4.2.2]**
11. Taxa de matrícula pré-primária
12. Número de anos de educação pré-primária (i) gratuita e (ii) compulsória garantidos no sistema legal

Meta 4.3. Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas as mulheres e homens a uma educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, inclusive a universidade

13. Taxa bruta de matrícula na educação terciária
14. Taxa de participação em programas de educação técnica e profissional (15 a 24 anos de idade)
15. Taxa de participação de jovens e adultos na educação e formação formal e não formal nos últimos 12 meses, por sexo **[Indicador global 4.3.1]**

Meta 4.4. Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo

- 16.1. Porcentagem de jovens e adultos que alcançaram pelos menos um nível mínimo de proficiência em habilidades de alfabetização digital
- 16.2. Porcentagem de jovens e adultos com habilidades de tecnologias da informação e comunicação (TIC) por tipo de habilidade **[Indicador global 4.4.1]**
17. Taxas de conclusão de jovens e adultos por faixa etária, status de atividade econômica, níveis educacionais e orientação programática

Meta 4.5. Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiências, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

QUADRO 1

Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, quintil mais pobre/mais rico e outros como *status* de deficiência, povos indígenas e grupos afetados por conflitos, na medida em que os dados sejam disponibilizados) para todos os indicadores educacionais dessa lista que possam ser desagregados **[Indicador global 4.5.1]**

18. Porcentagem de alunos da educação primária cuja língua materna, ou a língua falada em casa, é a língua de instrução
19. Até que ponto políticas explicitamente baseadas em fórmulas realocam os recursos educacionais a populações desfavorecidas
20. Gasto com educação por aluno por nível educacional e fonte de financiamento
21. Porcentagem da ajuda total à educação alocada em países de renda baixa

Meta 4.6. *Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, tanto homens como mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido conhecimentos básicos em matemática*

22. Porcentagem da população em determinada faixa etária que alcança pelo menos um nível fixo de proficiência em habilidades funcionais de (i) alfabetização e (ii) numeramento, por sexo **[Indicador global 4.6.1]**
23. Taxa de alfabetização de jovens/adultos
24. Taxa de participação de jovens/adultos em programas de alfabetização

Meta 4.7. *Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável*

25. Até que ponto (i) a educação em cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a equidade de gênero e os direitos humanos, foram integradas em todos os níveis em (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos; (c) educação de professores e (d) avaliação de alunos **[Indicador global 4.7.1]**
26. Porcentagem de alunos por faixa etária (ou nível educacional) que apresentam compreensão adequada de questões relacionadas a cidadania global e sustentabilidade
27. Porcentagem de alunos de 15 anos de idade que apresentam proficiência em conhecimentos sobre ciência ambiental e geociência
28. Porcentagem de escolas que oferecem educação em habilidades para a vida sobre HIV e sexualidade
29. Até que ponto o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos é implementado nacionalmente (segundo a Resolução 59/113 da AGNU)

Meta 4.a. *Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos*

- 30-32. Porcentagem de escolas com acesso a: (a) eletricidade, (b) internet para fins pedagógicos, (c) computadores para fins pedagógicos, (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiências, (e) água potável, (f) banheiros masculinos e femininos separados e (g) instalações básicas para lavar as mãos (segundo definições do indicador de água, saneamento e higiene (*water, sanitation and hygiene – WASH*)) **[Indicador global 4.a.1]**
33. Porcentagem de alunos que sofrem *bullying*, punições corporais, assédio, violência, abuso e discriminação sexual
34. Número de ataques sofridos por alunos, funcionários e instituições

Meta 4.b. *Até 2020, expandir consideravelmente no mundo o número de bolsas de estudo disponíveis para países em desenvolvimento, principalmente para os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países africanos, para inscrição na educação superior, incluindo programas de formação profissional e programas de TIC, engenharia, ciências e áreas técnicas, em países desenvolvidos ou outros países em desenvolvimento*

35. Número de bolsas de estudo oferecidas para a educação superior, por país beneficiário
36. Volume do fluxo de assistência oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por setor e tipo de estudo **[Indicador global 4.b.1]**

Meta 4.c. *Até 2030, aumentar substancialmente a oferta de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores nos países em desenvolvimento, principalmente os países de menor desenvolvimento relativo e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento*

37. Porcentagem de professores qualificados segundo padrões nacionais, por nível educacional e tipo de instituição
38. Taxa de alunos por professor qualificado, por nível educacional
39. Proporção de professores na educação: (a) pré-primária, (b) primária, (c) primeiro nível da secundária e (d) segundo nível da secundária que receberam pelo menos o mínimo de formação organizada (por exemplo, pedagógica) na formação e em serviço para ensinar no nível relevante em determinado país **[Indicador global 4.c.1]**
40. Taxa de alunos por professor qualificado, por nível educacional
41. Salário médio dos professores em relação a outras profissões que demandem um nível educacional de formação comparável
42. Taxa de desgaste de professores, por nível educacional
43. Porcentagem de professores que receberam formação em serviço nos últimos 12 meses, por tipo de formação

Fonte: Anexo, UNESCO. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Paris, 2016.



META 4.1

Educação primária e secundária

A Meta 4.1 prevê a conclusão universal da educação primária e secundária como caminho para uma aprendizagem relevante e efetiva. O progresso dessa meta será visto como medida-chave do compromisso dos governos e da comunidade internacional para com os ODS. Críticos dessa meta acreditam que a pressão pela conclusão universal do segundo nível da educação secundária desvia a atenção da prioridade de garantir pelo menos nove anos de educação básica para todos.

ACESSO, PARTICIPAÇÃO E CONCLUSÃO

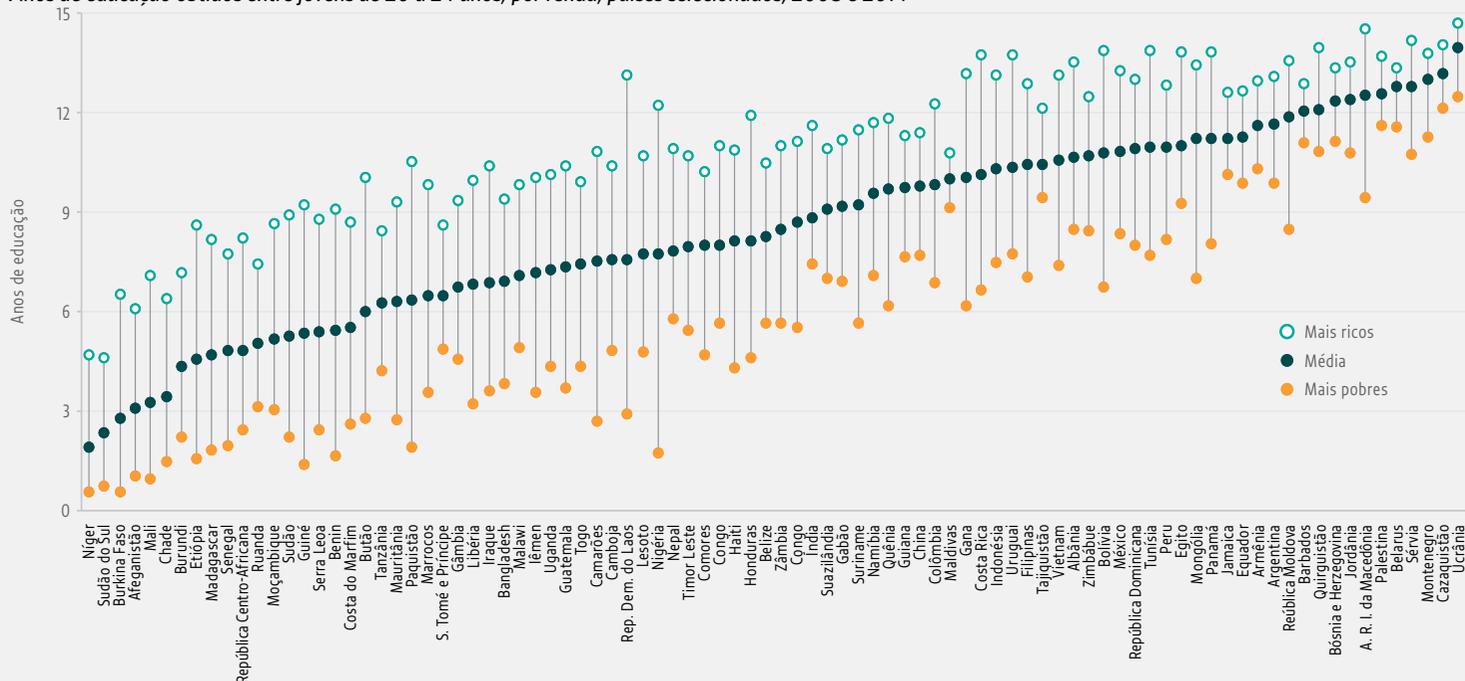
O acesso precisa ser monitorado de perto na nova agenda. Embora a agenda vise a alcançar 12 anos de educação para a coorte atual até 2030, não se deve esquecer que 25 milhões de crianças nem mesmo começam a escola primária. Quase 30% das crianças das famílias mais pobres em países de renda baixa nunca frequentaram a escola.

A Meta 4.1 lida com a participação na educação primária, no primeiro nível da educação secundária e, pela primeira vez, no segundo nível da educação secundária. Em 2014, 91% das crianças em idade de frequentar a escola primária, 84% dos adolescentes em idade de frequentar o primeiro nível da educação secundária e 63% dos jovens em idade de frequentar o segundo nível da educação secundária estavam na escola. Essas estimativas indicam um total de 263 milhões fora da escola: 61 milhões fora da escola primária, 60 milhões fora do primeiro nível da educação secundária e 142 milhões fora do segundo nível da secundária.

FIGURA 8:

Em apenas dois de 90 países de renda baixa e média, os jovens mais pobres obtiveram pelo menos 12 anos de educação

Anos de educação obtidos entre jovens de 20 a 24 anos, por renda, países selecionados, 2008 e 2014



Fonte: Análises da equipe do Relatório GEM com base em dados de pesquisas domiciliares.

A nova agenda marca um importante avanço com sua ênfase na conclusão relativa à participação. Entre 2008 e 2014, a taxa de conclusão primária era de 92% em países de renda média-alta, 84% em países de renda média-baixa, e 51% em países de renda baixa; nestes últimos, entre as meninas mais pobres, a taxa era de 25%. A taxa de conclusão do segundo nível da educação secundária era de 84% em países de renda alta, 43% de renda média-alta, 38% de renda média-baixa e 14% de renda baixa. Nem mesmo os mais ricos nos países de renda alta alcançaram a conclusão universal, com 93%. Em países de baixa renda, apenas 1% das meninas mais pobres concluíram o segundo nível da escola secundária.



De 190 países com dados sobre educação compulsória, 23% estipulam menos de nove anos de obrigatoriedade



EDUCAÇÃO COMPULSÓRIA E GRATUITA

Um dos indicadores temáticos é o número de anos de educação primária e secundária (i) gratuita e (ii) compulsória garantidos nos marcos legais. De 190 países com dados sobre educação compulsória, 44 (23%) estipulam menos de nove anos de obrigatoriedade.

A média é de dez anos de educação compulsória e 12 de educação gratuita. No entanto, o conceito de educação gratuita é problemático para a avaliação do progresso para a meta: mesmo quando as taxas são abolidas, múltiplos custos educacionais podem sobrecarregar as famílias. A parcela do gasto total com educação com a qual as famílias arcam em cada nível é um indicador forte de até que ponto a educação é realmente gratuita.

QUALIDADE

A estrutura de monitoramento proposta não se concentra na qualidade, exceto em indicadores relacionados aos resultados da aprendizagem e à equidade.

Duas questões foram selecionadas usando um quadro indicativo para guiar as discussões sobre qualidade: resultados e processos ligados à sala de aula. A disponibilidade e o uso de livros didáticos são dimensões fundamentais da qualidade, no entanto, visitas a escolas e observações em sala de aula indicam que os dados oficiais a esse respeito não são muito confiáveis. No Chade, cerca de 90% dos alunos de 2º e 6º anos precisavam dividir livros de leitura e matemática com pelo menos mais dois colegas.

É difícil defender o uso de observações em sala para comparar sistemas educacionais. Entretanto, ferramentas consistentes de monitoramento chamam atenção dos desenvolvedores de políticas para questões críticas da prática do ensino e pedagogia. Uma pesquisa de 15 mil salas de aula no Brasil, na Colômbia, em Honduras, na Jamaica e no Peru mostrou que os professores gastam cerca de 60%-65% de seu tempo com instrução acadêmica, muito abaixo dos 85% recomendados. É importante continuar a busca por ferramentas que sejam adaptáveis mas, ao mesmo tempo, confiáveis, válidas, eficientes em custo e fáceis de usar em grande escala.

RESULTADOS DA APRENDIZAGEM

Para melhorar os resultados da aprendizagem, é vital um parâmetro de referência que mostre se o progresso está acontecendo. No entanto, existem questões sobre o que são "resultados de aprendizagem relevantes e efetivos", como medi-los e como usar tais conhecimentos.

Para medir o indicador global proposto – habilidades de leitura e matemática – é necessário um consenso sobre o conteúdo dos resultados da aprendizagem a ser avaliado, os padrões de qualidade que a avaliação precisa cumprir e os parâmetros de definição e avaliação a serem utilizados.

MEDIÇÃO DOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM: DEFINIR O CONTEÚDO

Para definir um nível mínimo de proficiência em domínios como leitura e matemática, qualquer avaliação precisa de parâmetros básicos. O que acontece quando é necessário encontrar pontos comuns em currículos diferentes? Qual é a progressão esperada da aprendizagem ao longo do currículo? Quais perguntas demonstram que um aluno alcançou determinado nível de proficiência? Como são definidos os níveis de proficiência?

Duas questões contestadas demonstram tais tensões. Em primeiro lugar, a avaliação de leitura e matemática nos anos iniciais apresenta pontos de vista diferentes, por razões políticas e técnicas. No entanto, ela chama atenção para desafios grandes: no Malawi, em 2012, 90% dos alunos do 2º ano não conseguiam ler uma palavra sequer em língua nianja; quase 40% ainda não o conseguiam no 4º ano.

Em segundo lugar, o indicador global de proficiência em leitura e matemática exclui os que estão fora da escola. Em zonas rurais do Paquistão, 89% dos alunos do 10º ano conseguiam ler uma história simples em urdo, síndi ou afegão, mas apenas 64% do total de adolescentes de 14 anos o conseguiam.

FERRAMENTAS PARA MEDIR OS RESULTADOS DA APRENDIZAGEM: GARANTIR A QUALIDADE DAS AVALIAÇÕES

Um dos indicadores temáticos é saber se um país realizou avaliações de aprendizagem nacionalmente representativas durante e ao final da educação primária, assim como ao final do primeiro nível da educação secundária. São necessários padrões de avaliação claros, além de mecanismos fortes, para garantir que as avaliações alcancem esses padrões.

Duas dimensões da qualidade das avaliações são relevantes: (a) um contexto institucional facilitador para garantir sustentabilidade e laços fortes com o sistema educacional; e (b) avaliações nacionalmente representativas devem ser válidas e confiáveis, de forma a oferecer informações relevantes para os desenvolvedores de políticas e o público. Elas precisam estar alinhadas com os objetivos educacionais e de aprendizagem dos alunos, bem como com oportunidades de desenvolvimento profissional dos professores.

A questão de como garantir que uma avaliação esteja apta a seu propósito de monitoramento levanta dois problemas. Primeiro, exigências técnicas excessivamente rigorosas poderiam colocar a capacidade necessária além do alcance de muitos países e resultar em um grupo pequeno de fornecedores na administração da maioria das avaliações, o que comprometeria sua relevância e seu uso para os países. Segundo, os recursos para reforçar a capacidade nacional de conduzir avaliações de aprendizagem de peso deveriam ser alocados de forma mais eficiente.

MEDIÇÃO DOS RESULTADOS DA APRENDIZAGEM: REPORTAR RESULTADOS DE AVALIAÇÕES DIFERENTES

Uma medição global de resultados de aprendizagem requer consenso nos parâmetros de definição e avaliação por nível (ou idade) e matéria. Isso significa desenvolver uma série de itens de diferentes avaliações que podem ser relacionados por meio da análise de seu nível relativo de dificuldade. No entanto, relacionar itens não é apenas uma questão técnica, mas tem a ver com o objetivo pretendido para o indicador.

Indicadores de resultado da aprendizagem globalmente comparáveis precisam servir não apenas ao objetivo do monitoramento global, mas também às necessidades do país. Os esforços para alcançar ambos serão facilitados pela recentemente estabelecida Aliança Global para Monitorar o Aprendizado (*Global Alliance to Monitor Learning*).



META 4.2

Primeira infância

A Meta 4.2 reafirma o foco da comunidade internacional em garantir uma base sólida para todas as crianças por meio da educação e dos cuidados na primeira infância. O monitoramento dos conceitos na meta apresenta três desafios: (a) ainda não há informação suficiente sobre quantas crianças se beneficiam de pelo menos um ano da educação pré-primária; (b) os indicadores propostos não captam o conceito de qualidade da oferta; e (c) embora a meta vá além da educação e dos cuidados para o desenvolvimento na primeira infância, a viabilidade de introduzir um mecanismo de monitoramento desse fator é incerta.



A educação pré-primária é compulsória em 49 países, e gratuita e compulsória por pelo menos um ano em 36



ACESSO E PARTICIPAÇÃO

Comparar as taxas de participação entre países é mais difícil para a educação pré-primária do que para a primária ou secundária. As faixas etárias e idade de ingresso na educação pré-primária são menos padronizadas do que nos outros níveis. Além disso, relativamente poucos países têm educação pré-primária gratuita e compulsória: ela é compulsória em 49 países, e gratuita e compulsória por pelo menos um ano em 36.

Em âmbito global, cerca de 67% das crianças um ano mais novas do que a idade de ingresso na escola primária estão matriculadas na educação pré-primária ou primária. Essa estimativa se aproxima, mas nem sempre coincide, com estimativas de pesquisas domésticas de experiência prévia na educação pré-primária entre alunos do 1º ano, que também podem rastrear os níveis de frequência por renda familiar. Entre crianças de 3 e 4 anos, em países de renda baixa e média, as crianças provenientes de famílias mais ricas tinham probabilidade quase seis vezes maior do que as crianças mais pobres de frequentar a educação na primeira infância.

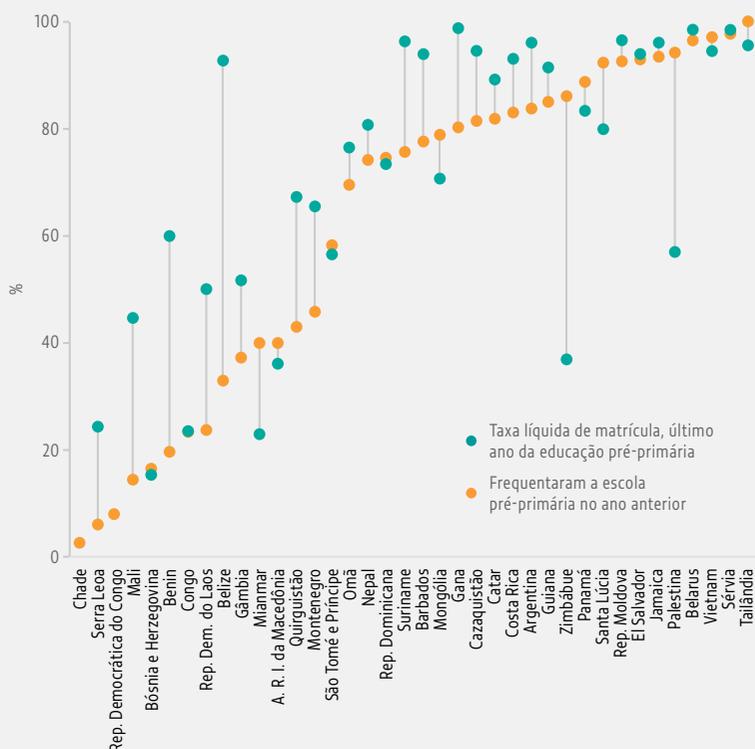
QUALIDADE

A meta enfatiza a oferta de educação de qualidade. A "qualidade" pode ser entendida como até que ponto a escola e sistemas e configurações da sala de aula (incluindo estruturas e processos de ensino) apoiam o desenvolvimento holístico das crianças, principalmente daquelas que estão sob risco de exclusão social. Embora os países precisem estabelecer os próprios objetivos e padrões de qualidade, existem ferramentas para monitorar a qualidade na oferta de educação para a primeira infância de forma comparável, ainda que elas tenham suscitado debates políticos. Um relatório do Banco Mundial sobre políticas para a primeira infância aponta que, entre 21 países de renda baixa e média, 13 estabelecem padrões básicos para as taxas de alunos/professor, mas apenas oito os cumprem.

FIGURA 9:

A participação em programas de educação e cuidados na primeira infância varia entre famílias e escolas

Taxa líquida de matrículas pré-primárias no último ano da educação pré-primária, 2014, e porcentagem de alunos no 1º ano da escola primária que participaram da educação pré-primária no ano anterior, países selecionados, 2010-2015



Fontes: Banco de dados do UIS para taxa de matrícula líquida ajustada; relatórios estratégicos e final do MICS para a porcentagem de alunos na primeira série da escola primária que frequentaram a pré-escola no ano letivo anterior.

RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A Meta 4.2 tem como foco garantir que as crianças comecem a escolarização formal no caminho certo para o desenvolvimento e "prontas para a escola primária". Essa visão holística marca uma mudança de visão do desenvolvimento infantil baseada exclusivamente em indicadores de saúde. Decidir a melhor forma de medir o desenvolvimento infantil é complexo. É necessário acompanhar o desenvolvimento normativo entre culturas e desenvolver abordagens de medição baseadas nas descobertas.

Atualmente, a medida com a maior cobertura é o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) do UNICEF. Em uma amostra de 56 países, em sua maioria de renda baixa e média, analisados entre 2000 e 2015, cerca de 70% das crianças de 3 anos e 80% das de 4 anos estavam no caminho certo para o desenvolvimento. O índice consiste de quatro componentes, mas é fortemente determinado por um deles, alfabetização e numeramento, o que pode ser criticado por refletir, de maneira precoce, normas educacionais em vez de capacidade cognitiva.

Um fator fundamental para ajudar as crianças a alcançar seu potencial é um ambiente doméstico que ofereça interação e materiais de aprendizagem. Na Ucrânia, os membros adultos da família engajaram quase todas as crianças de 3 e 4 anos em pelo menos quatro atividades, em comparação com apenas 40% de engajamento das crianças dessa faixa etária em Gana. Em 54 países, em sua maioria de renda baixa e média, analisados ao longo de 2010 e 2015, 19% das famílias tinham pelo menos três livros infantis e 7,5% tinham pelo menos dez. Entre os 20% mais pobres, menos de 1% das casas tinha pelo menos dez livros.



META 4.3

Educação técnica, profissional, terciária e de adultos

A Meta 4.3 introduz a educação técnica, profissional, terciária e de adultos na agenda de desenvolvimento global. Ela era considerada parte da EPT, mas apenas como apoio a objetivos alternativos.

O indicador global para a meta – a porcentagem de jovens e adultos inscritos na educação ou na formação formal ou não formal nos últimos 12 meses – também engloba a educação de adultos. Assim, o Relatório GEM cobre a educação profissional técnica, terciária e de adultos em sua Meta 4.3 sob a perspectiva dos três conceitos de sua formulação: acesso, acessibilidade financeira e qualidade.



Novas análises feitas em 12 países mostraram que cerca de 20% dos jovens participaram de programas no ambiente de trabalho



Análises do Relatório GEM em 12 países mostraram que cerca de 20% dos jovens participaram de programas no ambiente de trabalho.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL

A educação e formação técnica e profissional (EFTP) é oferecida em instituições, no ambiente de trabalho ou em uma combinação dos dois. Dada a variedade de marcos políticos, arranjos institucionais e abordagens organizacionais, os sistemas estatísticos nacionais conseguem capturar apenas um panorama parcial, o que torna a oferta de EFTP difícil de ser comparada entre países.

Mecanismos atuais de monitoramento enfatizam a matrícula em instituições, principalmente naquelas supervisionadas pelos ministérios da Educação. Isso restringe consideravelmente o escopo de monitoramento da meta. Para incluir a educação e a formação no ambiente de trabalho, são necessários dados de pesquisas

sobre mão de obra, empresas e domicílios, que, por sua vez, precisam coordenar melhor suas definições e seus questionários. Análises do Relatório GEM em 12 países mostraram que cerca de 20% dos jovens participaram de programas no ambiente de trabalho.

Questões de acessibilidade financeira deveriam se concentrar em até que ponto a política governamental ajuda a lidar com a desigualdade no acesso à EFTP. A imensa diversidade de fornecedores, estruturas de custo, políticas públicas e contextos nacionais torna improvável que um único indicador possa descrever a acessibilidade. Uma abordagem possível seria a análise da parcela de rendimento das instituições que se deve aos alunos, em comparação com o valor do apoio financeiro do governo que os alunos recebem.

EDUCAÇÃO TERCIÁRIA

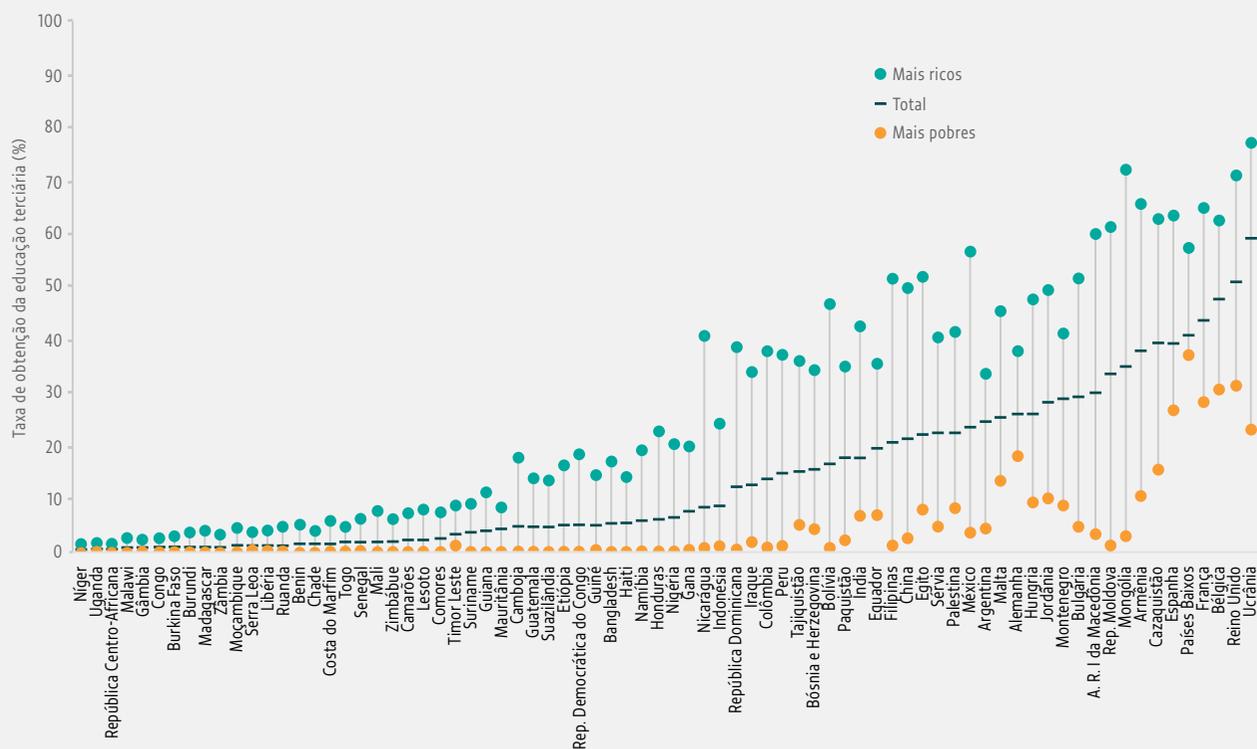
Uma abordagem para avaliar a qualidade da EFTP é verificar se padrões confiáveis são codificados em um quadro nacional de qualificação. Pelo menos 140 países possuem tais quadros e, apesar de eles variarem em eficiência, podem ajudar alunos, fornecedores e empregadores a se concentrar nos resultados, em vez de na forma como as qualificações são adquiridas.

A educação terciária abrange desde cursos rápidos a programas de bacharelado, mestrado e doutorado. As instituições variam muito em termos de tamanho, custo, cursos, procedimentos e qualidade. A questão da equidade precisa considerar obstáculos em diversas etapas, do acesso à graduação. A matrícula global na educação terciária dobrou de 100 milhões, em 2000, para 207 milhões, em 2014, mas a disparidade entre países e dentro de um mesmo país é enorme. Nas Filipinas, em 2013, 52% das pessoas mais ricas com idades entre 25 e 29 anos completaram pelo menos quatro anos de educação terciária, mas apenas 1% das pessoas mais pobres dessa mesma faixa etária.

A acessibilidade na educação terciária depende da relação entre custos e renda. Os custos totais podem ser comparados com a renda familiar média em pesquisas domiciliares. Embora essa seja uma orientação útil, ela não mostra quantos jovens não podem pagar pela educação superior. Uma medida possível seria comparar os encargos financeiros das famílias com a assistência financeira dos governos às famílias. Também é preciso monitorar a priorização dos mais necessitados.

FIGURA 10:**Há grandes diferenças na obtenção da educação terciária entre ricos e pobres**

Porcentagem de jovens entre 25 e 29 anos que completaram pelo menos quatro anos de educação terciária, por renda, países selecionados, 2008-2014



Diferenças nos recursos e nas estruturas de políticas nacionais, assim como nas missões universitárias, impõem barreiras consideráveis para mensuração de qualidade global significativa da educação terciária. Os rankings universitários chamam atenção porque são simples de entender, porém se baseiam em pesquisa e não na qualidade do ensino ou na aprendizagem dos alunos.

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Oportunidades de aprendizagem, educação e formação de adultos compõem a estratégia para alcançar a Meta 4.3, segundo o Marco de Ação da Educação 2030. A educação de adultos pode ser formal (institucionalizada), não formal ou informal.

A diversidade da oferta torna o monitoramento da participação particularmente difícil. Embora haja informações a respeito de alunos adultos na educação formal, isso é apenas uma parcela pequena do todo. Nos 28 países da União Europeia, cerca de 6% dos adultos participaram da educação formal e 37% da não formal, em 2011, de acordo com uma pesquisa que poderia servir de exemplo no desenvolvimento de instrumentos para medir a participação de adultos na educação em âmbito mundial.

A análise da acessibilidade financeira é prejudicada não apenas pelo papel maior do financiamento privado, mas também pela falta de informações até mesmo sobre o financiamento público. Menos de um em cada seis países gasta mais do que 0,3% do PIB com a educação de adultos. De maneira geral, é necessário mais informação sobre os gastos públicos para entender de que forma eles priorizam os grupos mais necessitados.

Monitorar toda a extensão das dimensões da qualidade para a educação de adultos é um desafio particularmente grande. O terceiro Relatório Global de Aprendizagem e Educação de Adultos (*Global Report on Adult Learning and Education*) concluiu que os esforços para melhorar os dados "devem cuidadosamente estabelecer prioridades e garantir que suas ambições estejam alinhadas aos recursos disponíveis".



META 4.4

Habilidades para o trabalho

A Meta 4.4 levanta três questões importantes: quais habilidades "para trabalho, empregos decentes e empreendedorismo" são particularmente relevantes para o monitoramento global em contextos diversos? As habilidades são adquiridas primordialmente por meio da educação ou podem ser adquiridas de outra forma? As medidas disponíveis são válidas e viáveis a baixo custo?

A incerteza que envolve essas questões se reflete nos indicadores propostos. Um é o nível de conquista educacional na população adulta, que não é uma habilidade mensurável. O outro, tecnologias da informação e comunicação (TIC) e alfabetização digital, corre o risco de restringir a agenda, mas é também uma tentativa de concentrar o foco em habilidades mais concretas e mensuráveis.



Na União Europeia, 44% dos adultos usaram fórmulas aritméticas básicas em planilhas, em 2014



HABILIDADES COGNITIVAS

As habilidades cognitivas básicas incluem o letramento e o numeramento. Novas análises para o Relatório GEM mostram que habilidades de letramento de alto nível quase dobram a probabilidade de manutenção de empregos decentes.

As TIC tornaram-se essenciais para a vida diária e o trabalho. Na União Europeia, 44% dos adultos sabiam usar fórmulas aritméticas básicas em planilhas em 2014, com variações de 16% na Romênia a 63% na Finlândia.

As habilidades de alfabetização digital são um indicador melhor, uma vez que podem ser diretamente avaliadas. Na República Tcheca, 85% dos alunos do 8º ano demonstraram conhecimento funcional sobre computadores em 2013, em comparação com 13% na Tailândia e 9% na Turquia. Uma ferramenta global precisará lidar com mudanças tecnológicas rápidas ao longo do tempo e, principalmente, com os preconceitos culturais implícitos nas perguntas em uso atualmente.

HABILIDADES NÃO COGNITIVAS...

Tem havido crescente interesse por habilidades que, acredita-se, envolvem menor processamento cognitivo, apesar de, na prática, muitas das habilidades mais valorizadas nos ambientes de trabalho – como as habilidades fundamentais, mas evasivas, de criatividade, pensamento crítico e colaboração – escaparem a uma caracterização fácil.

Há falta de evidências que indiquem a partir de que nível as habilidades não cognitivas, como perseverança, autocontrole ou habilidades sociais e emocionais, preveem resultados melhores no trabalho. O nível ideal provavelmente depende do contexto do trabalho.

Desenvolver medidas para permitir comparações entre países das habilidades não cognitivas é um desafio. O Relatório GEM recomenda que se evitem medições de larga escala para fins de monitoramento global e pede atenção para a pesquisa sobre como medir sua aquisição.

...E SUAS COMBINAÇÕES PARA O MUNDO DO TRABALHO

Dois exemplos de combinação de habilidades cognitivas e não cognitivas relevantes para o mundo do trabalho são a alfabetização financeira e o empreendedorismo. As tentativas de desenvolver medidas empíricas de alfabetização financeira avançaram nos últimos anos. Segundo uma das definições, 33% dos adultos no mundo são alfabetizados financeiramente, variando de 13% no Iêmen até 71% na Noruega. As avaliações das habilidades de empreendedorismo, em sua maioria ainda no estágio da pesquisa, levantam a questão de que tópicos devem ser integrados aos currículos escolares.



META 4.5

Equidade

O desejo de "não deixar ninguém para trás" permeia a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e espera-se que estimule a demanda por monitoramento e relatoria, em âmbito global, da desigualdade. O Relatório GEM lida com três questões principais: quais são as formas apropriadas de medir a desigualdade e sua evolução; como coletar informações que identifiquem indivíduos como membros de grupos vulneráveis; e que aspectos mais amplos da desigualdade na educação podem ser medidos, além da paridade.

“

Em países de renda baixa, para cada 100 jovens ricos que completam a educação primária, o primeiro e o segundo níveis da educação da secundária, apenas 36, 19 e sete jovens pobres o fazem, respectivamente

”

MEDIDAS DA DESIGUALDADE

Três fatores principais complicam a mensuração da desigualdade na educação. Em primeiro lugar, a desigualdade pode ser examinada em referência a uma gama de indicadores que dizem respeito, por exemplo, ao acesso ou à aprendizagem. Em segundo lugar, diferentes medidas de desigualdade podem ser usadas para descobrir como um indicador educacional é distribuído na população, cada um com vantagens e desvantagens. Medidas diferentes podem levar a diferentes conclusões sobre o grau da desigualdade e as mudanças ao longo do tempo. Em terceiro lugar, os desenvolvedores de políticas precisam saber como um indicador varia por características individuais, tais como renda, mas muitas vezes é difícil comparar essas características entre países.

O Grupo de Especialistas Interagências sobre os Indicadores dos ODS (*Inter-agency and Expert Group on SDG Indicators*) propôs o índice de paridade como medida global da desigualdade na educação. Essa medida é a maneira mais fácil de comunicação com o grande público e tem sido efetiva na descrição da disparidade de gênero há duas décadas. Entre as características às quais ele pode ser aplicado, a disparidade de renda é a mais extrema. Em países de renda média-alta, o índice de paridade de renda das taxas de conclusão é de 0,90 na educação primária, 0,71 no primeiro nível da educação secundária e 0,44 no segundo nível. Em países de renda baixa, o índice de paridade de renda é de 0,36 na educação primária, 0,19 no primeiro nível da educação secundária, e 0,07 no segundo nível.

O estabelecimento do Grupo Interagências sobre os Indicadores da Desigualdade na Educação (*Inter-Agency Group on Education Inequality Indicators*) é um passo na direção certa, uma vez que possibilita análises consistentes de dados de pesquisa e o agrupamento de fontes de dados inexploradas. O progresso no âmbito da coordenação global deve ser repassado ao nível dos países.

GÊNERO

A paridade foi alcançada globalmente em 2014 na educação primária, no primeiro e no segundo níveis da secundária, apesar de somente 64%, 46% e 23% de países terem alcançado de forma individual a paridade nesses níveis, respectivamente. As médias nacionais, no entanto, encobrem disparidades dentro de países e entre grupos particulares. A África Subsaariana reporta a paridade de gênero para os estudantes que completaram a educação primária entre os 20% mais ricos, ao passo que, entre os 20% mais pobres, apenas 83 meninas para cada 100 meninos completaram a educação primária. A disparidade aumenta para 73 meninas no primeiro nível da educação secundária e 40 no segundo nível.

A adoção do índice de paridade para monitorar os aspectos de gênero da Meta 4.5 amplia seu uso para além das taxas de inscrição para todos os indicadores educacionais, incluindo os resultados da aprendizagem. Embora isso seja positivo, o índice trata apenas de um entre muitos domínios da igualdade de gênero na educação. Para melhorar o monitoramento da igualdade de gênero na educação, os esforços precisam se concentrar na coleta de dados mais amplos sobre aspectos de gênero no currículo, nos livros didáticos, nas avaliações e na educação dos professores; além disso, é necessária uma relação mais próxima entre os que trabalham com indicadores da igualdade de gênero na educação e de forma geral.

TABELA 2:**Índice de paridade de gênero, por região e grupo de renda do país, 2014**

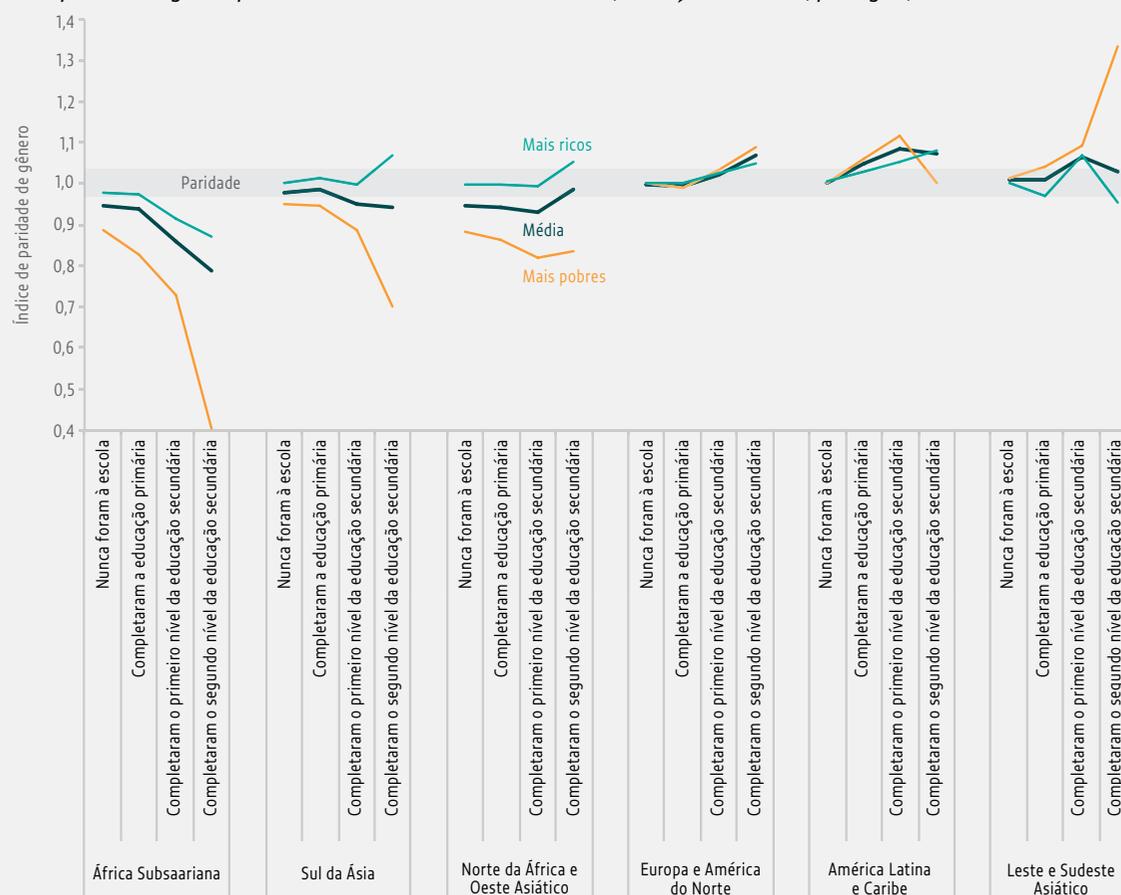
	Educação primária		Primeiro nível da educação secundária		Segundo nível da educação secundária	
	Índice de paridade de gênero	Países com paridade (%)	Índice de paridade de gênero	Países com paridade (%)	Índice de paridade de gênero	Países com paridade (%)
Mundo	0,99	64	0,99	46	0,98	23
Renda baixa	0,93	31	0,86	9	0,74	5
Renda média-baixa	1,02	52	1,02	33	0,93	17
Renda média-alta	0,97	68	1	60	1,06	22
Renda alta	1	83	0,99	59	1,01	37
Cáucaso e Ásia Central	0,99	100	0,99	83	0,98	29
Leste e Sudeste Asiático	0,99	93	1,01	57	1,01	37
Europa e América do Norte	1	86	0,99	67	1,01	31
América Latina e Caribe	0,98	48	1,03	39	1,13	19
Norte da África e Oeste Asiático	0,95	56	0,93	46	0,96	33
Pacífico	0,97	67	0,95	44	0,94	0
Sul da Ásia	1,06	29	1,04	25	0,94	38
África Subsaariana	0,93	38	0,88	19	0,82	6

Nota: Todos os valores mostrados são médias.

Fonte: Banco de dados do UIS.

FIGURA 11:**A disparidade de gênero é maior entre os mais pobres**

Índice de paridade de gênero por indicadores educacionais selecionados, interação com renda, por região, 2008-2014

Nota: Os valores para o Leste e Sudeste Asiáticos e para o Norte da África e o Oeste Asiático referem-se apenas a países de renda baixa e média.
Fonte: Análises da equipe do Relatório GEM (2016) com base em dados de pesquisas domiciliares.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Determinar o progresso do acesso igualitário à educação para pessoas com deficiência requer medidas internacionalmente comparáveis dessas necessidades, que podem se apresentar em diversas formas. De acordo com uma das medidas, em 30 sistemas educacionais na Europa, identificou-se que 3,7% dos alunos da educação compulsória apresentavam alguma necessidade educacional especial em 2010. O UNICEF e o Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiências (*Washington Group on Disability Statistics*) estão liderando os esforços para desenvolver uma medida operacional para as deficiências. Também é importante monitorar se os educadores estão bem preparados e se as infraestruturas escolares estão adaptadas para abarcar as necessidades dessas pessoas.

LÍNGUA

A persistente negligência da educação multilíngue com base na língua materna ajuda a explicar grandes disparidades nos resultados da educação. São necessários mais esforços para monitorar as políticas linguísticas na educação. Segundo uma das medidas, cerca de 40% das pessoas no mundo não possuem acesso à instrução em uma língua que falem ou entendam. O monitoramento de documentos de políticas nacionais não traz informações sobre se os alunos têm acesso a materiais de ensino e aprendizado em sua língua materna, se os professores são qualificados e se as políticas oficiais são implementadas na prática. Na região de Mopti, no Mali, apenas 1% das escolas primárias oferecem instrução bilíngue na língua adequada e por um professor qualificado, apesar das determinações da política nacional.

“

Em todo o mundo, 50% dos refugiados em idade de frequentar a educação primária e 75% dos refugiados em idade de frequentar a educação secundária estão fora da escola

”

MIGRAÇÃO E DESLOCAMENTO FORÇADO

Apesar dos problemas para acomodar migrantes rurais domésticos, que muitas vezes se mudam para favelas ou periferias urbanas com acesso limitado a escolas públicas, a migração para áreas urbanas geralmente facilita o acesso a serviços públicos. No caso dos migrantes internacionais, o desafio para os desenvolvedores de políticas é que estudantes desses grupos tendem a se concentrar em escolas de áreas desfavorecidas.

O principal desafio diz respeito aos que foram forçados a se deslocar. Pessoas internamente deslocadas continuam a ser relativamente invisíveis. Em 19 dos 42 campos para deslocados em seis estados da Nigéria, em junho de 2015, as crianças não tinham nenhum acesso à educação formal ou não formal. Os refugiados são o grupo mais vulnerável: em todo o mundo, 50% dos refugiados em idade de frequentar a educação primária e 75% dos refugiados em idade de frequentar a educação secundária estão fora da escola. Monitorar o *status* dos migrantes e das pessoas forçadamente deslocadas é difícil. É preciso intensificar os esforços coordenados para melhor entender as razões para a disparidade no acesso à educação.



META 4.6

Alfabetização e conhecimentos básicos de matemática

A Meta 4.6 mantém o foco internacional na alfabetização de adultos que fazia parte do quarto objetivo de EPT e traz duas inovações importantes. Em primeiro lugar, o indicador global de alfabetização e conhecimentos básicos em matemática é formulado explicitamente em termos da proficiência nas habilidades. Isso se aproxima da visão da alfabetização não apenas como um conjunto de habilidades cognitivas, mas também como a habilidade de usá-las de modo a contribuir com as sociedades, com economias e com a mudança pessoal. Em segundo lugar, a referência explícita aos conhecimentos básicos em matemática chama atenção para suas propriedades.

PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Medir a participação de adultos em programas formais e não formais de alfabetização tem se mostrado uma tarefa surpreendentemente difícil. O Relatório Global de Aprendizagem e Educação de Adultos precisa desenvolver um

modelo padronizado de relatoria que capte pelo menos a participação de adultos em programas de alfabetização oferecidos ou patrocinados pelo governo.

Novas análises para o Relatório GEM usaram uma questão antes regularmente incluída nas pesquisas de demografia e saúde. Essa questão mostrou que, entre 2004 e 2011, apenas 6% dos adultos entre 15 e 49 anos participaram alguma vez de programas de alfabetização em 29 países de renda baixa e média. A maioria dos adultos analfabetos eram mulheres e pobres, no entanto, a participação foi maior entre homens e adultos mais ricos.

TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO

Embora a agenda dos ODS tenha acertadamente mudado o foco para medidas de proficiência em habilidades de alfabetização, as ferramentas de medição necessárias não estão disponíveis para todos, portanto, a alfabetização de jovens e adultos continua a ser relatada com base em taxas tradicionais de alfabetização. No período entre 2005 e 2014, cerca de 758 milhões, ou 15% dos adultos do mundo, não possuíam habilidades funcionais de alfabetização.

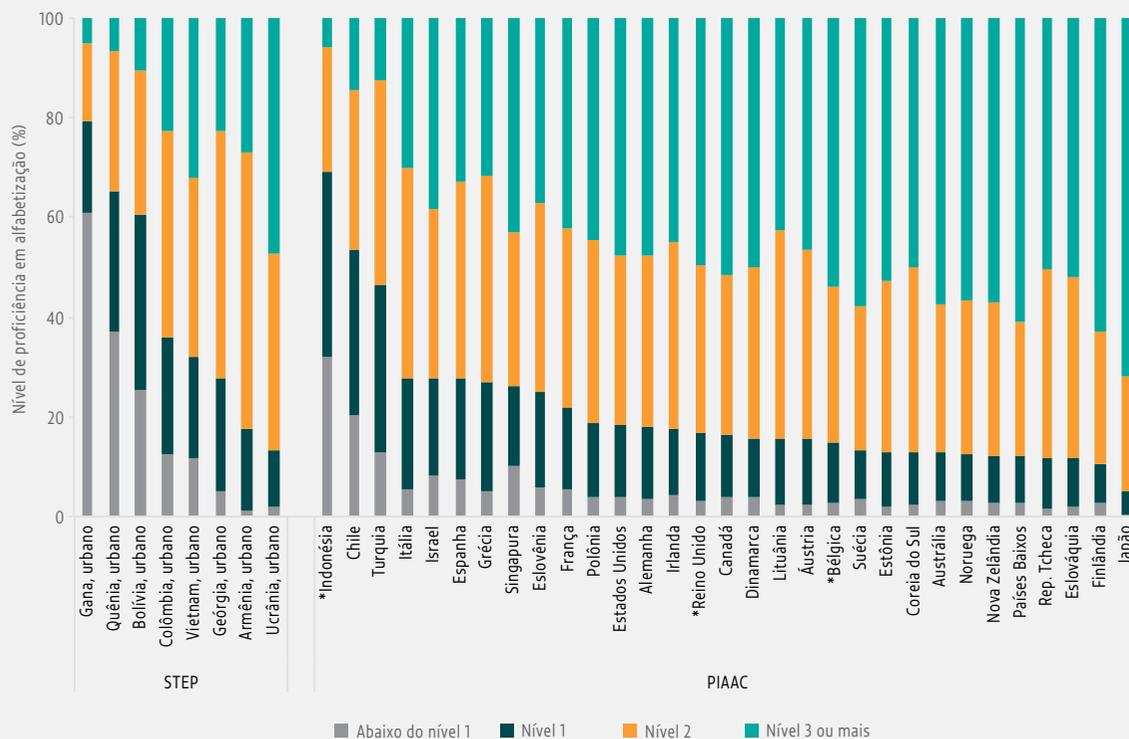
PROFICIÊNCIA EM ALFABETIZAÇÃO E CONHECIMENTOS BÁSICOS EM MATEMÁTICA

Informações sobre os níveis de proficiência de adultos em alfabetização e conhecimentos básicos em matemática, que são diretamente avaliados, são disponíveis para muitos países de renda alta. Entre os participantes do Programa para a Avaliação Internacional das Competências de Adultos (*Programme for the International Assessment of Adult Competencies – PIAAC*), da OCDE, 15% não alcançaram o padrão mínimo de proficiência básica em alfabetização, que envolvia fazer inferências básicas de textos; as taxas variaram de menos de 5% no Japão para quase 28% na Itália.

Precisa-se de colaboração internacional para facilitar avaliações comparáveis de alfabetização e conhecimentos básicos em matemática. Para dar conta de dados úteis de monitoramento até 2030, uma abordagem bem-sucedida precisa equilibrar a capacidade dos países de agir por conta própria com a necessidade de avaliações que atendam aos padrões globais.

FIGURA 12:

Avaliar a alfabetização em uma escala contínua reflete de forma mais precisa as habilidades dos adultos
População adulta por nível de proficiência em alfabetização, 2011-2014



Nota: Para os países com asterisco (*), os dados do PIAAC referem-se apenas a regiões individuais: Jakarta para a Indonésia, Inglaterra e Irlanda do Norte para o Reino Unido e Flandres para a Bélgica.

Fontes: OCDE (2013; 2016) e análises da equipe do Relatório GEM com base em dados do STEP, Banco Mundial.



Desenvolvimento sustentável e cidadania global

A Meta 4.7, mais do que qualquer outra, trata dos propósitos social, moral e humanístico da educação. Ela relaciona explicitamente a educação a outros ODS e capta as aspirações transformadoras na nova agenda de desenvolvimento global.

O Relatório GEM se concentra no indicador global proposto e examina como a cidadania global e o desenvolvimento sustentável estão incluídos em intervenções em todo o sistema, materiais curriculares, como quadros curriculares nacionais e livros didáticos, além de programas de educação de professores.

Identificar indicadores para monitorar o conhecimento, as habilidades e as atitudes necessários para promover o desenvolvimento sustentável é um trabalho árduo. O Relatório examina iniciativas que poderiam ser usadas para monitorar a aquisição de conhecimentos e habilidades relevantes, bem como atitudes de jovens e adultos.

A Meta 4.7 está estreitamente alinhada ao marco de aprendizagem ao longo da vida e não especifica os níveis educacionais ou grupos etários aos quais seus temas se aplicam. Os indicadores globais e temáticos propostos concentram-se principalmente em crianças e adolescentes na educação formal. Nenhum dos indicadores temáticos propostos capta explicitamente os estudantes adultos na educação não formal e informal.

CURRÍCULOS

Os currículos são a principal forma de transmitir, tradicionalmente, os conhecimentos e as habilidades para promover o desenvolvimento sustentável. Um indicador temático propõe medir a implementação nacional do quadro do Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. O indicador capta elementos da Meta 4.7 que dizem respeito a direitos humanos, liberdades fundamentais, tolerância, entre outros.

“ Três quartos de 78 países davam alguma ênfase a questões de desenvolvimento sustentável em seu currículo entre 2005-2015 ”

Outro indicador temático proposto para a Meta 4.7 – a porcentagem de escolas que oferecem uma educação baseada em habilidades para a vida sobre HIV/Aids e sexualidade – responde a cinco de seus elementos: direitos humanos, igualdade de gênero, cultura de paz, não violência e conhecimentos e habilidades para promover desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis. A inclusão desse indicador em sistemas de gerenciamento de informações educacionais e pesquisas escolares tem sido testada em alguns países, o que possibilitará melhor monitoramento no futuro.

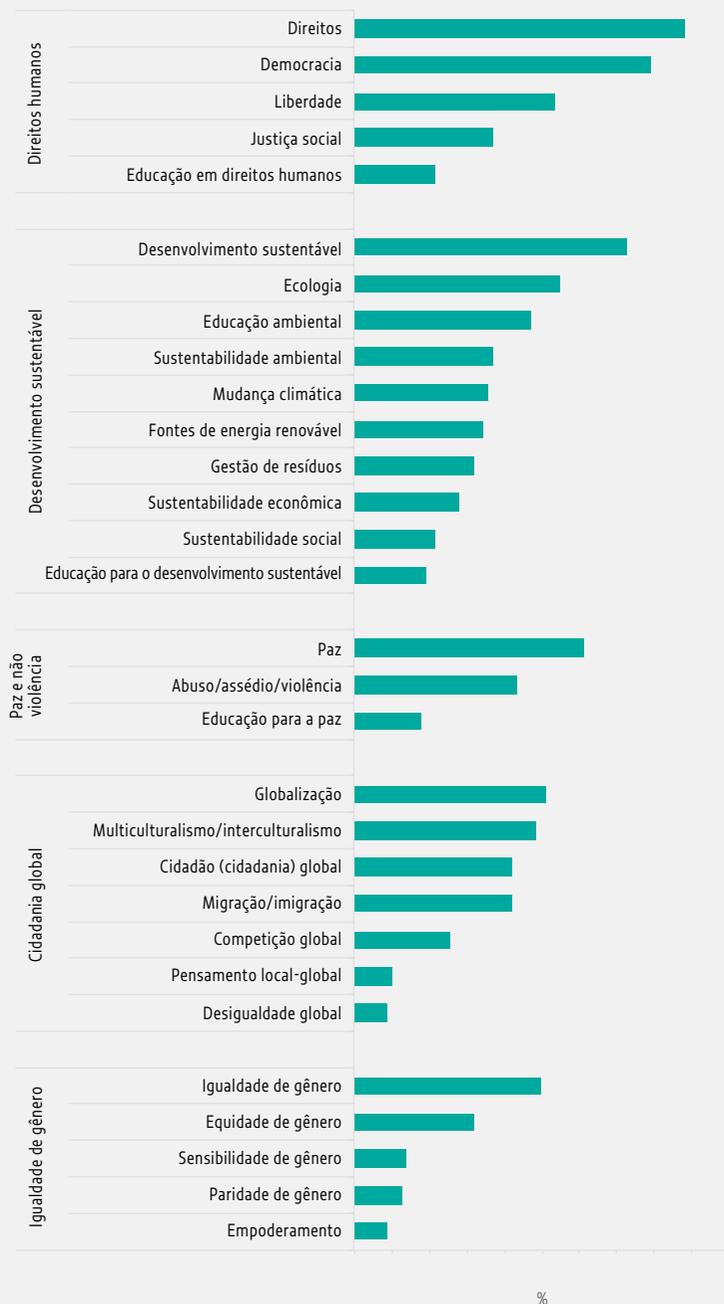
Mais pesquisas sobre temas curriculares ajudariam a entender o progresso da Meta 4.7. São necessárias listas sistemáticas de quadros curriculares nacionais e materiais relacionados. Análises feitas pela equipe do Relatório GEM com mais de 110 documentos de diretrizes curriculares nacionais para a educação primária e secundária em 78 países mostraram que, entre 2005 e 2015, três quartos dos países davam alguma ênfase a questões de desenvolvimento sustentável, mas um número muito menor fazia referência a termos relacionados a cidadania global. A igualdade de gênero também estava pouco presente: menos de 15% dos países utilizaram termos-chave, como empoderamento de gênero, paridade de gênero ou sensível a gênero, ao passo que a metade mencionou igualdade de gênero.

LIVROS DIDÁTICOS

Avanços recentes na análise do conteúdo de livros didáticos são promissores para avaliar o conteúdo curricular. Para o Relatório GEM, foram compilados três conjuntos de dados sobre livros escolares da educação secundária sobre história,

FIGURA 13:

Direitos humanos é o conceito mais prevalente em currículos nacionais
Porcentagem de países que incluem cada um dos termos-chave em quadros curriculares nacionais, 2005-2015



Nota: A análise se baseia em uma amostra de 78 países.

Fonte: IBE (2016).

estudos cívicos, estudos sociais e geografia. As análises mostraram que quase 50% dos livros mencionaram direitos humanos entre 2000 e 2013, em comparação com cerca de 5% entre 1890 e 1913. Apenas pouco mais de 10% dos livros didáticos no Norte da África e na Ásia Ocidental mencionaram, na última década, os direitos das mulheres. Tais análises mostram que é possível desenvolver medidas válidas e confiáveis usando livros didáticos. Deveria ser estabelecido um mecanismo regular de monitoramento para oferecer dados globalmente comparáveis sobre o conteúdo dos livros didáticos.

EDUCAÇÃO DE PROFESSORES

Os professores deveriam estar preparados para ensinar em áreas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à cidadania global. Entre 66 países analisados, apenas 8% integraram o desenvolvimento sustentável à educação de professores em 2013, um crescimento em relação aos 2% de 2005. O conteúdo de programas de formação de professores quase nunca está prontamente disponível, mas algumas informações, em sua maioria regionais, foram coletadas. São necessários esforços urgentes para avaliar conceitos da Meta 4.7 de formação e preparo dos professores. Aplicar um protocolo de codificação padrão ao currículo de instituições de formação de professores tornaria possível analisar a eficácia do desenvolvimento profissional em preparar os professores para lidar com várias comunidades de alunos.

ATIVIDADES FORA DA SALA DE AULA

Os alunos são apresentados a questões de sustentabilidade e cidadania global não apenas na escola, mas também por meio de clubes acadêmicos, associações de alunos, esportes, clubes de debate, produções teatrais, grupos musicais, trabalho voluntário e outras atividades. Uma análise para o Relatório GEM descobriu que atividades bem planejadas, inclusivas e acessíveis a todos melhoraram a resolução de conflito e a coesão social, aumentaram a conscientização de marcos legais e conceitos relacionados a direitos humanos, assim como promoveram uma ideia de cidadania global. As ferramentas de coleta de dados existentes não dedicam atenção suficiente à qualidade das experiências e dos processos de desenvolvimento em tais atividades. A falta de padrões compartilhados de relatoria limita as chances de obtenção de dados confiáveis e globalmente comparáveis.

RESULTADOS

Monitorar a aspiração principal da Meta 4.7 – a aquisição de conhecimentos e habilidades necessários ao desenvolvimento sustentável – não é fácil. Um entendimento básico e interdependente de história mundial, geografia, instituições internacionais e processos globais poderiam servir de ponto de partida, no entanto existem poucas avaliações cognitivas nessas áreas. Em muitos países, apenas dois terços dos alunos têm conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Um grande desafio diz respeito às tensões entre valores locais e compromissos globais cada vez maiores. Iniciativas recentes buscam melhorar os mecanismos de monitoramento da Meta 4.7 em relação aos adolescentes, principalmente na educação secundária. Em 2016, a UNESCO e a Associação Internacional para Avaliação das Conquistas Educacionais (*International Association for the Evaluation of Educational Achievement*) começaram oficialmente a colaborar na mensuração dos conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável e cidadania global. Os Padrões de Aprendizagem Primária do Sudeste Asiático (*Southeast Asia Primary Learning Metrics*) que focam a cidadania global no 5º ano visam a desenvolver avaliações comparativas que sejam mais afinadas com as condições locais.



META 4.A

Instalações educacionais e ambientes de aprendizagem

A Meta 4.a reconhece o foco na criança, a participação democrática e a inclusão como princípios de uma escola amigável às crianças. Nem todos esses aspectos são suscetíveis ao monitoramento global, mas três deles são: infraestrutura escolar, uso de TIC e violência e ataques nas escolas.

“

Em 2013, nos países menos desenvolvidos, apenas 52% das escolas primárias tinham fornecimento de água apropriado

”

INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Melhorar as instalações de água, saneamento e higiene em instituições escolares pode gerar efeitos significativamente positivos nos resultados de saúde e educação. No entanto, apenas 71% das escolas primárias tinham abastecimento de água adequado em 2013, e esse número era de apenas 52% nos 49 países menos desenvolvidos.

Quando as escolas não são seguras, o impacto de desastres naturais é amplificado. Alguns países fiscalizam de perto a segurança escolar, mas nem todos têm condições de monitorar em detalhes. Ferramentas de participação foram desenvolvidas para ajudar os alunos e a comunidade a oferecer informações sobre as condições das escolas.

As pessoas com deficiência precisam superar uma série de obstáculos físicos e sociais para ter acesso à escola. É difícil saber se as instalações são adequadas para crianças com necessidades especiais devido à falta de definição do que são escolas acessíveis e, muitas vezes, a uma capacidade de monitoramento limitada.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS ESCOLAS

A base para o monitoramento da TIC na educação é o Plano de Ação de Genebra da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (*Geneva Plan of Action of the World Summit on the Information Society*), de 2003, que tinha duas metas relativas à educação.

O uso de TIC nas escolas requer a disponibilidade imediata e regular de eletricidade. Em muitos países da África Subsaariana, a falta de fiação elétrica compromete o uso de TIC. Na República Centro-Africana, praticamente nenhuma escola primária ou secundária estava conectada a uma rede elétrica. Em Guiné e em Madagascar, há mais de 500 alunos por computador.

VIOLÊNCIA E ATAQUES NAS ESCOLAS

Atos de violência ou ameaças escolares ocorrem não apenas nas dependências das escolas, mas também no percurso até a escola, em casa ou no ciberespaço. Embora os casos extremos, como tiroteios, recebam mais atenção, outras formas mais comuns de violência têm forte impacto negativo na experiência educacional de crianças e adolescentes. Essas ocorrências tendem a não ser denunciadas de maneira suficiente e frequentemente envolvem tabus.

“ Em 37 países, cerca de 40% dos adolescentes de 13 a 15 anos relataram terem se envolvido em conflitos físicos entre 2009 e 2012 ”

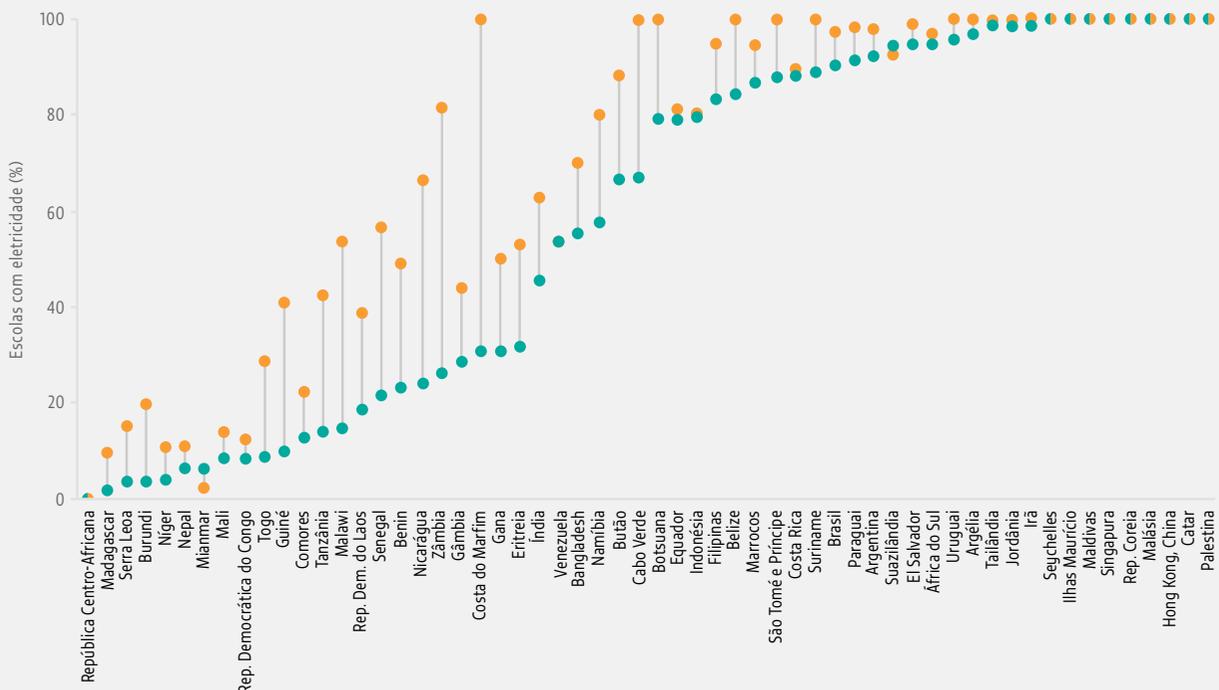
O bullying é a forma mais documentada de violência nas escolas. Na pesquisa de Tendências Internacionais nos Estudos em Matemática e Ciência (*Trends in International Mathematics and Science Study – TIMSS*), de 2011, cerca de 41% dos alunos do 8º ano relataram terem sofrido bullying pelo menos uma vez no mês anterior. A violência física é muito comum. Em 37 países, cerca de 40% dos adolescentes de 13 a 15 anos relataram terem se envolvido em conflitos físicos entre 2009 e 2012. A violência sexual é uma forma altamente destrutiva de violência nas escolas e boa parte de sua escala e escopo permanece escondida. De forma geral, as pesquisas internacionais precisam coordenar melhor as perguntas utilizadas para garantir mensuração consistente das tendências globais de violência escolar.

O monitoramento de ataques relacionados com a educação também é vital para gerar respostas efetivas e responsabilizar os perpetradores. Entre 2005 e 2015, escolas tiveram uso militar em 26 países. Entre 2009 e 2012, ocorreram, em seis países, mil ou mais ataques relacionados à educação por país.

FIGURA 14:

Em alguns dos países mais pobres, a maioria das escolas primárias não tem eletricidade

Proporção de escolas primárias e secundárias com eletricidade, 2009-2014



Fonte: Banco de dados do UIS.



META 4.B

Bolsas de estudo

A Meta 4.b, que se concentra em países específicos, não parece ser consistente com uma agenda universal. Como todas as metas, ela aspira a reduzir a desigualdade entre países, mas poderia piorar a desigualdade dentro dos países, uma vez que os beneficiários de bolsas de estudo tendem a vir de contextos privilegiados. Além disso, muitos bolsistas não voltam para seu país de origem. Isso poderia indicar que as bolsas tendem a apoiar as instituições de educação superior dos países mais ricos, em vez de beneficiar os países mais pobres.

“
 Informações coletadas
 para o Relatório GEM de 54
 programas governamentais
 de bolsas indicam que
 cerca de 22.500 bolsas
 foram oferecidas em 2015

”

A formulação da Meta 4.b é insuficiente em diversos aspectos. Recomenda-se que as bolsas sejam consideradas elegíveis apenas se se referirem ao estudo em instituições de educação superior em países que não sejam o de origem do aluno, e que sejam pelo menos parcialmente financiadas pelo governo.

A taxa de mobilidade de saída, ou seja, o número de alunos de um país que estudam no exterior, expressa como uma porcentagem do total de inscrições na educação terciária naquele país, é de 1,8 para países em desenvolvimento. No entanto, em alguns países, especialmente entre Estados insulares em

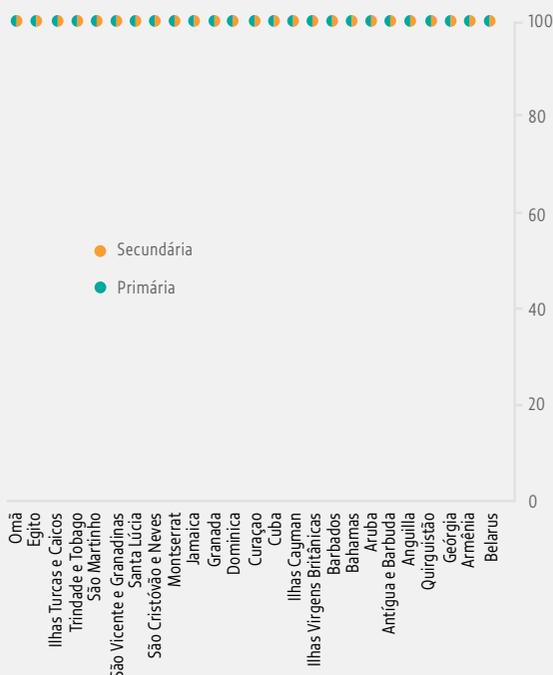
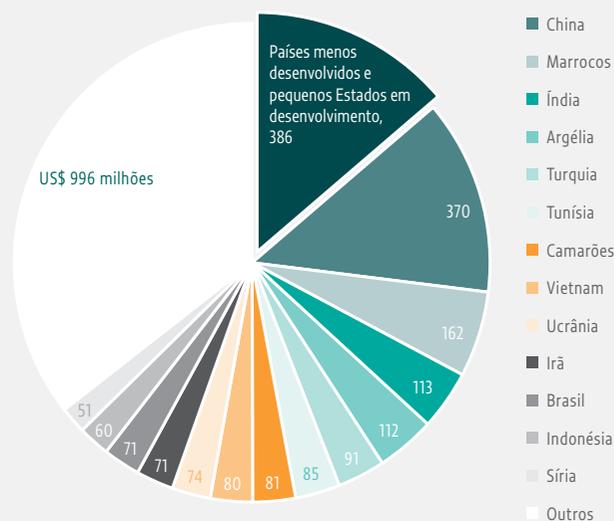


FIGURA 15:

Metade de toda a ajuda para bolsas de estudo e custos embutidos por aluno está concentrada em 13 países de renda média

Distribuição de bolsas de estudo e custos embutidos por aluno por país receptor, 2014



Fonte: Análise da equipe do Relatório GEM (2016), com base em dados da OECD DAC.

desenvolvimento, ela é consideravelmente maior. Em Santa Lúcia, cinco alunos estudam no exterior para cada dez alunos que estudam no país.

Surpreendentemente, não há dados globais consolidados sobre o número de bolsas e muito menos sobre a nacionalidade das pessoas que recebem as bolsas ou suas áreas de estudo. Informações coletadas para o Relatório GEM de 54 programas governamentais de bolsas indicam que cerca de 22.500 bolsas foram oferecidas em 2015, o que corresponde a 1% do número de estudantes móveis de países de renda baixa e média-baixa.

É necessário um mecanismo global de monitoramento para relatar indicadores como número de bolsas oferecidas, número de anos de bolsa oferecidos, número bolsistas que completaram seus estudos e número bolsistas que retornaram a seu país.

Dados sobre ajuda internacional podem oferecer informações parciais sobre programas de bolsa. Em 2014, US\$ 2,8 bilhões em ajuda foram destinados a bolsas de estudo e custos embutidos por aluno nesses programas. Desses, US\$ 386 bilhões foram direcionados a países menos desenvolvidos e Estados insulares em desenvolvimento.



META 4.C

Professores

Tem gerado insatisfação o fato de os ODS tratarem os professores como "meios de implementação", correndo o risco de subestimar a contribuição fundamental dessa profissão à oferta de educação de qualidade e de ambientes de aprendizagem adequados. A formulação da meta é fraca, com uma concepção limitada de questões fundamentais para os professores.

O Relatório GEM lida com as implicações de monitoramento do compromisso mais geral, expresso no Marco de Ação da Educação 2030, para "garantir que todos os professores e educadores sejam empoderados, contratados e remunerados adequadamente, bem treinados, qualificados profissionalmente, motivados [...] e apoiados".

OFERTA ADEQUADA DE PROFESSORES QUALIFICADOS

Salas de aula superlotadas continuam a ser comuns em muitos países mais pobres, o que indica uma oferta inadequada de professores. Há dois grandes desafios para definir a falta de professores: as estatísticas sobre a média de professores disponíveis escondem desigualdades internas substanciais nos países, e a quantidade de professores não pode ser isolada da qualidade. Os desenvolvedores de políticas frequentemente respondem à expansão das matrículas e do tamanho das salas de aula com a diminuição dos padrões de contratação.

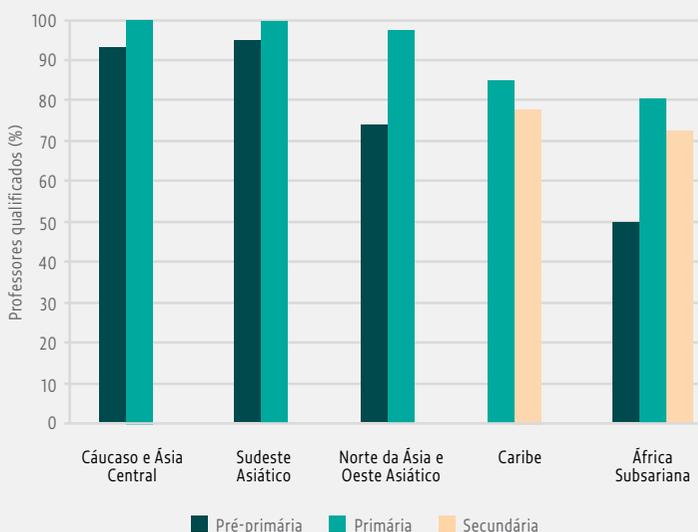
Os dados sobre o que a meta se refere como a oferta de professores "qualificados" são escassos, o que tende a ser entendido, majoritariamente, em termos de qualificações acadêmicas. Em 2014, em média, 82% dos professores tinham a qualificação mínima exigida para ensinar na educação pré-primária, 93% na educação primária e 88% na educação secundária.

O indicador global para a Meta 4.c – a porcentagem de professores com a qualificação mínima – tem uma cobertura maior, mas não um parâmetro com o qual comparar os padrões nacionais. Ainda assim, há indícios claros de que muitos professores não receberam a formação mínima. No Caribe, 85% dos professores primários são treinados; no Norte da África e na Ásia Ocidental, 73% dos professores pré-primários são treinados; na África Subsaariana, menos da metade dos professores pré-primários e um quarto dos professores do segundo nível da educação secundária são treinados.

A ajuda para a formação de professores triplicou entre 2002 e 2014, chegando a US\$ 251 milhões, o equivalente a 2% da ajuda direta total à educação. Os países menos desenvolvidos receberam 41% da ajuda total à formação de professores e pequenos Estados insulares em desenvolvimento receberam 7%.

FIGURA 16:

Mais da metade dos professores da escola pré-primária e um quarto dos professores da escola secundária na África Subsaariana não são qualificados
Porcentagem de professores qualificados, por nível educacional e região, 2014



Fonte: Banco de dados do UIS.

MOTIVAÇÃO E APOIO PARA PROFESSORES

Como motivar e apoiar os professores é uma grande preocupação política refletida no Marco de Ação da Educação 2030. Coletar informações diretamente com os professores sobre fatores como motivação e satisfação no trabalho acarreta desafios consideráveis.

O relatório analisou fatores externos, principalmente relacionados a políticas governamentais: formação inicial e orientação, desenvolvimento profissional contínuo, condições de trabalho e remuneração. A Pesquisa Internacional de Ensino e Aprendizado (*Teaching and Learning International Survey*) de 2013 descobriu que cerca de 25% dos professores do primeiro nível da educação secundária com menos de cinco anos de experiência disseram ter um orientador/conselheiro responsável, valor que cai para 6% no Chile e 9% na Itália.

Um pacote de remuneração competitivo é um componente essencial para contratar e manter as melhores pessoas para a profissão. Na República Dominicana, o professor médio ganhava cerca de 70% do que ganhavam outros profissionais, ao passo que no Uruguai eles usufruíam de uma pequena vantagem.

De maneira geral, há um longo caminho pela frente para a captação de dados confiáveis sobre salários, condições de trabalho e nível de desgate.



META 4.5

Financiamento

A Agenda 2030 inclui três metas relativas aos meios de implementação, mas nenhuma se refere ao financiamento da educação – apesar de a falta de um financiamento justo e adequado ser uma das razões principais para o mundo não ter alcançado os objetivos de EPT em 2015.

Independentemente da falta de uma meta de financiamento, dados completos e regulares sobre o financiamento da educação são pré-requisito para um planejamento eficiente do setor educacional e para monitorar o comprometimento de todos os parceiros da agenda global de educação.

CONTABILIZAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

O debate sobre o financiamento educacional raramente considera de que maneira as fontes do gasto com a educação – investimento governamental, assistência externa e gastos familiares – se combinam e afetam uns aos outros. Enfrentando um problema similar, o setor da saúde desenvolveu uma contabilização nacional da saúde para coletar e processar dados referentes aos gastos da saúde.

Um projeto recente visa a introduzir uma metodologia de contabilização nacional de educação (*national education account* – NEA) em oito países. Por exemplo, o governo do Nepal gasta 3,5% do PIB com educação, 2,6 pontos percentuais a menos do que o Vietnã. No entanto, quando o investimento familiar e de outras fontes são levados em conta, a situação é invertida: o Nepal aloca 1,5 pontos percentuais a mais em educação do que o Vietnã.

MELHORAR OS DADOS FINANCEIROS

A fim de construir NEAs fortes, é preciso melhorar a informação sobre os fluxos de investimento do governo, dos parceiros e das famílias.

GASTO PÚBLICO

O Marco de Ação da Educação 2030 propôs dois parâmetros como "pontos de referência cruciais": alocar pelo menos de 4% a 6% do PIB em educação, e/ou pelo menos de 15% a 20% do gasto público. Globalmente, os países investiram

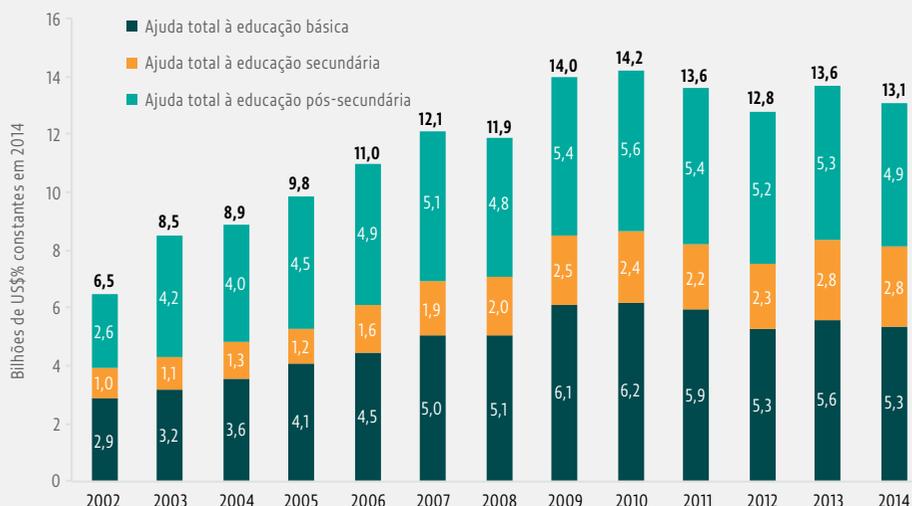
TABELA 3:

Gasto com a educação pública, por região e grupo de renda do país, 2014

	Gasto com a educação pública como % do PIB	Número de países que gastaram <4% do PIB	Gasto com a educação pública como % do gasto público	Número de países que gastaram <15% do gasto público	Número de países que gastaram <4% do PIB e <15% do gasto público
Mundo	4,6	51	14,2	70	35
Renda baixa	3,9	13	16,7	9	9
Renda média-baixa	4,1	13	15,6	13	10
Renda média-alta	4,6	9	15,7	11	7
Renda alta	4,9	16	11,9	37	9
Cáucaso e Ásia Central	2,8	4	12,9	3	3
Leste e Sudeste Asiático	3,9	7	15,4	6	4
Europa e América do Norte	5,0	7	12,1	31	5
América Latina e Caribe	4,9	7	16,1	6	3
Norte da África e Oeste Asiático	...	3	...	5	3
Pacífico	...	2	...	2	1
Sul da Ásia	3,8	5	15,3	4	4
África Subsaariana	4,3	16	16,6	13	12

Nota: Todos os valores mostrados são médias.

Fonte: Banco de dados do UIS.

FIGURA 17:**A ajuda à educação ainda não alcançou os níveis de 2010***Despesas da ajuda total à educação, 2002-2014*

Fonte: Análises da equipe do Relatório GEM com base em informações do banco de dados CRS da OCDE.

4,7% do PIB em educação e alocaram menos de 15% dos gastos públicos; 35 países gastaram menos de 4% do PIB e alocaram menos de 15% dos gastos públicos para educação.

Análises dos principais indicadores do financiamento educacional revelam uma oferta irregular de informações. Apenas 60% dos países possuem dados sobre o gasto total da educação como porcentagem do PIB para qualquer ano desde 2000. Para garantir que dados relevantes sobre o gasto educacional sejam disponibilizados, é vital um bom gerenciamento dos gastos públicos em âmbito nacional.

Uma revisão dos gastos públicos precisa estender seu foco para a equidade e descobrir até que ponto tais gastos compensam desvantagens na educação. A comparação entre países é possível, mas requer esforços consideráveis de introduzir um processo, chegar a um consenso sobre um enquadramento e colocar a avaliação efetivamente em prática. Para que os países abracem essa ideia, deveria haver ênfase no estabelecimento de um mecanismo de revisão de pares, por meio do qual eles possam aprender uns com os outros.

GASTO DA AJUDA

A ajuda precisa aumentar pelo menos seis vezes para suprir a lacuna anual de US\$ 39 bilhões no financiamento, no entanto, em 2014, a ajuda esteve 7% abaixo do ápice, atingido em 2010. A lacuna poderia ser preenchida se os doadores dedicassem 0,7% de sua renda nacional bruta à ajuda e alocassem 10% da ajuda à educação básica e secundária; desde 2005, os fluxos totais da ajuda flutuaram em cerca de 0,3% da renda nacional dos países doadores.

A ajuda deveria priorizar os países mais pobres. No entanto, países de renda baixa receberam 28% da ajuda total à educação básica em 2014, embora respondessem por 43% das crianças que não concluíram a escola primária.

Os níveis da ajuda humanitária também precisam ser acompanhados. Em 2015, a educação recebeu US\$ 198 milhões, menos de 1,9% do total da ajuda humanitária.

GASTO FAMILIAR

A participação das famílias no gasto total com a educação tende a ser muito maior nos países mais pobres do que nos mais ricos. Reduzir essa participação é fundamental para cumprir o foco em equidade das novas metas educacionais. Na maioria dos países, há dados disponíveis sobre o gasto familiar. Análises para o Relatório GEM mostraram que pelo menos 99 dos países de renda baixa ou média incluíram perguntas relevantes em pesquisas nacionais de despesas entre 2008 e 2014 e 67 incluíram perguntas sobre itens de despesas individuais. No entanto, tais dados raramente são usados. Os desenvolvedores de políticas nem sempre têm conhecimento da existência ou da importância dessas informações, dessa forma, sua capacidade de analisá-las e tirar conclusões importantes desses dados pode ser limitada.

Sistemas educacionais

“ Embora um enquadramento global para revisar sistemas e políticas educacionais pudesse ser desejável, na prática uma abordagem regional ou sub-regional é mais viável

É necessária grande variedade de indicadores validados, em grande medida qualitativos, sobre sistemas e políticas educacionais para apoiar o monitoramento da Agenda da Educação 2030. Embora um enquadramento global pudesse ser desejável, na prática uma abordagem regional ou sub-regional é mais viável.

FERRAMENTAS GLOBAIS PARA O MONITORAMENTO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

” E 1996, o Bureau Internacional de Educação (*International Bureau of Education – IBE*) da UNESCO estabeleceu a série Dados Mundiais sobre Educação. Ela foi uma fonte valiosa de informações sobre os sistemas educacionais em âmbito global, mas restrições orçamentárias comprometeram seu desenvolvimento, e não há planos para atualização da série, que foi publicada pela última vez em 2011.

A UNESCO oferece, no entanto, outros bancos de dados mundiais sobre sistemas educacionais relativos a educação gratuita e compulsória, ou a sistemas de EFTP.

Uma leitura mais profunda das políticas é oferecida pela Abordagens de Sistemas para Melhores Resultados Educacionais (*Systems Approach for Better Education Results – SABER*), do Banco Mundial, lançada em 2011. Esse estudo examina 13 aspectos dos sistemas educacionais nacionais. Para que sirva como ferramenta de monitoramento global, pelo menos duas questões precisam ser resolvidas: consenso quanto ao escopo, à cobertura e à regularidade das revisões; e maior propriedade por parte dos países.

FERRAMENTAS REGIONAIS PARA MONITORAR SISTEMAS EDUCACIONAIS

O monitoramento pode ser melhor realizado em âmbito regional do que global. Os membros de uma entidade regional têm maior probabilidade de trocar informações de maneira voluntária sobre seus sistemas educacionais. Três exemplos se destacam. A Rede Eurydice para Sistemas e Políticas Educacionais (*Eurydice Network on Education Systems and Policies*) na Europa, estabelecida em 1980, cresceu para uma rede de 40 unidades nacionais em 36 países. O Programa Indicadores de Sistemas Educacionais (*Indicators of Education Systems – INES*), da OCDE, foi introduzido em 1992. Uma de suas três redes evoluiu em 2009 para a Rede INES para Indicadores de Nível de Sistemas (*INES Network for System-Level Indicators – NESLI*). A Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) tem uma estratégia educacional e um órgão especializado para revisar o progresso dos indicadores, alguns dos quais relacionados aos sistemas.

O Relatório GEM recomenda fortemente que os indicadores dos sistemas educacionais sejam monitorados para facilitar o diálogo e incentivar os governos a aprender uns com os outros no âmbito regional.

A educação nos outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece não apenas a importância de um objetivo educacional específico, mas também a necessidade de alcançar outros objetivos por meio da educação. Entre os ODS, além do ODS 4, há indicadores que se referem à educação direta e indiretamente.

“
A educação é diretamente mencionada em indicadores globais para cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além do ODS 4

REFERÊNCIAS DIRETAS À EDUCAÇÃO

A educação é diretamente mencionada em cinco indicadores globais além do ODS 4: sobre gastos governamentais com educação, saúde e proteção social; sobre a educação como meio de alcançar a igualdade de gênero; sobre a juventude que não participa de educação, emprego ou formação; e sobre educação para a cidadania global e o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS INDIRETAS À EDUCAÇÃO

Além de monitorar os indicadores que fazem referência explícita à educação, os futuros Relatórios GEM prestarão atenção a referências indiretas à educação nos outros ODS. Três exemplos destacam: a educação como fator associado a outros resultados do desenvolvimento; indicadores que se referem à capacidade de recursos humanos, que se relacionam à educação profissional e superior; e o papel potencial da educação de adultos.

Desagregar indicadores globais relevantes por nível educacional deixaria mais clara a desigualdade subjacente que obstrui o sucesso das metas dos ODS. Os indicadores globais que poderiam ser monitorados dessa forma incluem os relativos a pobreza, desnutrição, casamento infantil, acesso a melhor saneamento, acesso à eletricidade, desemprego, populações de favelas, reciclagem, mortes por desastres, violência e registro de nascimento. Por exemplo, entre 54 países de renda baixa e média com dados para o período de 2008 a 2015, o número médio de nascimentos a cada mil mulheres foi de 176 entre mulheres com nenhuma educação, 142 com educação primária, 61 com secundária e 13 com terciária.

FIGURA 18:

A educação está positivamente associada a resultados desejáveis de desenvolvimento

Taxa de gravidez adolescente (nascimentos por 1.000 mulheres entre 15 e 19 anos), 1997-2014



Fonte: Demographic and Health Survey STATcompiler (2016).

Prioridades para o monitoramento da educação nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A revisão dos desafios de monitoramento de cada meta do ODS 4 aponta para prioridades de ação nos níveis nacional, regional e global. O objetivo é garantir que haja informações comparáveis suficientes para fomentar um diálogo global sobre o progresso do ODS 4. Isso não compromete o monitoramento feito por cada país de seu próprio progresso na educação, com foco em seu contexto nacional e suas necessidades específicas.

O quadro de monitoramento proposto oferece uma plataforma para que agências nacionais e internacionais troquem informações sobre o progresso e os desafios de mensuração. O Grupo de Cooperação Técnica, recentemente estabelecido, vai ajudar ainda mais a desenvolver e implementar esse quadro, avançando, assim, o diálogo internacional sobre o monitoramento da educação.

EM ÂMBITO NACIONAL: CONSTRUIR CAPACIDADES EM SEIS ÁREAS ESTRATÉGICAS

São propostas seis etapas para que os países consigam um progresso considerável nos próximos três a cinco anos de fortalecer o monitoramento nacional e contribuir, ao mesmo tempo, para o monitoramento global da educação.

Equidade. É necessário diálogo entre ministérios da Educação e agências estatísticas nacionais para informar sobre disparidades básicas e usar maior variedade de fontes de informação.

Resultados da aprendizagem. Os países precisam garantir que um bom sistema de avaliação nacional de aprendizagem baseada em amostras esteja disponível para ser usado para monitorar o progresso na aprendizagem ao longo do tempo.

Qualidade. Os países precisam monitorar o currículo, os livros didáticos e os programas de educação de professores mais de perto para garantir comprometimento adequado com os objetivos da Meta 4.7.

Aprendizado ao longo da vida. Os países precisam monitorar as necessidades, as oportunidades e as realizações educacionais de suas populações adultas que terão de tomar decisões cruciais sobre o desenvolvimento sustentável.

Sistemas. Organizações regionais oferecem aos países fóruns adequados para trocar informações sobre as características de seus sistemas educacionais e para aprender uns com os outros.

Financiamento. Os países são incentivados a adotar a abordagem de contabilização da educação nacional para entender melhor como o gasto com a educação é distribuído entre governos, doadores e famílias.

EM ÂMBITO REGIONAL: APOIO À APRENDIZAGEM ENTRE PARES

Ao usar redes regionais como mecanismos de aprendizagem entre pares, os países podem trocar informações, por exemplo, sobre políticas que usaram para combater desvantagens na educação e até que ponto eles lutam pela educação para o desenvolvimento sustentável e a cidadania global.

EM ÂMBITO GLOBAL: PROMOVER O CONSENSO E A COORDENAÇÃO

São propostos três passos para coordenar as ferramentas de mensuração e pesquisa sobre questões globais. É necessário um programa internacional de pesquisas domiciliares dedicado à educação para preencher diversas lacunas profundas. É necessária, também, uma abordagem consistente para monitorar os resultados de aprendizagem, incluindo um código de conduta entre doadores para evitar sobreposição. Além disso, recomenda-se fortemente o estabelecimento de um centro de pesquisa para questões de mensuração da educação global, com foco especial em ajudar na construção de consenso para resultados educacionais estratégicos.

Uma revolução de dados na educação precisa envolver consenso em conceitos básicos, investimento em sistemas robustos e coordenação para garantir acessibilidade, abertura e responsabilização dos dados.



Um armário de sapatos em uma escola em Chittagong, Bangladesh, mostra o número de crianças presentes na aula no dia em que a foto foi tirada.

CRÉDITO: Ripon Barua/UNESCO

Educação para as pessoas e o planeta:

CRIAR FUTUROS SUSTENTÁVEIS PARA TODOS

O Relatório *Educação para as pessoas e o planeta: criar futuros sustentáveis para todos* explora o relacionamento complexo entre a educação e a nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cobrindo seis pilares fundamentais – Planeta, Prosperidade, Pessoas, Paz, Lugares e Parcerias. Este Relatório mostra que a educação não realizará todo o seu potencial a menos que as taxas de participação aumentem de forma contundente e o desenvolvimento sustentável guie a reforma do sistema educacional. Ele também alerta para o impacto destrutivo que mudanças climáticas, conflitos, consumo insustentável e a lacuna cada vez maior entre ricos e pobres têm sobre a educação. É necessária uma mudança drástica para criarmos futuros sustentáveis para todos.

Esta edição concisa do *Relatório de Monitoramento Global da Educação* (Relatório GEM) é o primeiro de uma série que irá analisar o progresso da educação sob os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Relatório GEM traz recomendações baseadas em fatos para as políticas, as estratégias e os programas necessários para cumprir a visão ambiciosa da Agenda da Educação 2030. Ele discute os desafios de monitoramento do progresso do novo objetivo e das metas globais de educação para garantir avanços no acesso, na participação, na conclusão e na aprendizagem, além da diminuição das desigualdades. Além disso, oferece aos leitores uma fonte autorizada que lhes possibilita defender o valor e a importância da educação em todos os níveis da tomada de decisões.

O Relatório GEM é uma publicação editorialmente independente e baseada em evidências, que serve como ferramenta indispensável para promover o diálogo informado e aumentar a conscientização sobre o progresso e os desafios da educação. Esta série de relatórios analisou o progresso da educação em cerca de 200 países e territórios desde 2002. Com base nessa experiência, e com um novo mandato para monitorar o progresso educacional nos ODS, o Relatório GEM servirá como recurso global estratégico para o processo de acompanhamento e revisão ao longo dos próximos 15 anos.



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável